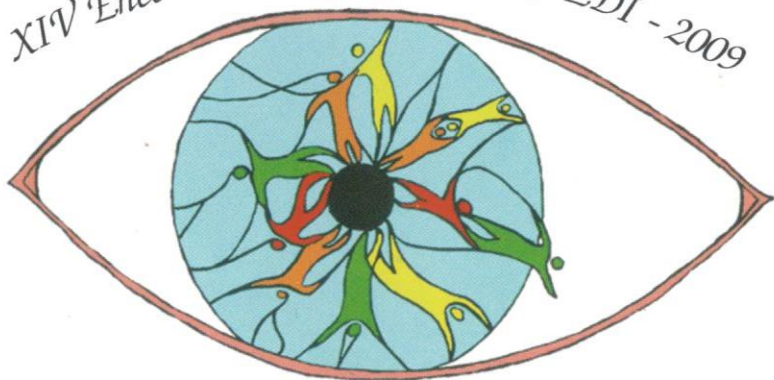


XIV Encontro Científico do CINDEDI - 2009



Metodologia, Ética e Educação Infantil

Ribeirão Preto, 09 a 13 de fevereiro de 2009.

XIV ENCONTRO CIENTÍFICO DO CINDEDI*

Ribeirão Preto, 09 a 13 de fevereiro de 2009.

ÉTICA, METODOLOGIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

* CINDEDI

Centro de Investigações sobre o Desenvolvimento Humano e Educação Infantil
Departamento de Psicologia e Educação
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

- Ao Departamento de Psicologia e Educação;
- À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP;
- À Pró-Reitoria de Graduação da USP;
- À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento, ao longo desses anos, de vários projetos temáticos e de inúmeros projetos de pesquisa que foram e vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores do grupo;
- Ao grupo do Projeto Zero a Três e a Rita Coelho, Coordenadora da Coordenação Geral de Educação Infantil, do Ministério de Educação;
- Ao HSBC.

Prezados Colegas,

O CINDEDI (Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil), de 9 a 13 de fevereiro de 2009, realiza a décima quarta edição de seu encontro anual. O objetivo dessas reuniões anuais é possibilitar um encontro entre os próprios membros do CINDEDI, dentre os quais se encontram docentes/pesquisadores, pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos e estudantes de Iniciação Científica. Somos em torno de 50 pesquisadores agrupados em vários subgrupos, que desenvolvem diversos projetos de pesquisa nas áreas de Desenvolvimento e Educação Infantil; Inclusão; Acolhimento Familiar, Abrigamento e Adoção; e, Filosofia e Epistemologia em Psicologia e Ciências Humanas. Além disso, o grupo conta com a participação dos técnicos e educadores da Creche Carochinha, com quem temos uma longa parceria, e, mais recentemente, com aqueles que trabalham nas creches da USP e com os técnicos da equipe multidisciplinar do Fórum da Criança e do Adolescente de Ribeirão Preto.

Os vários subgrupos vêm compartilhando a discussão da perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações (*RedSig*), que foi elaborada pelo CINDEDI para o estudo do desenvolvimento humano (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2004). Cada subgrupo tem encontros científicos e de estudo no decorrer do ano. O encontro anual constitui assim a grande oportunidade para os vários subgrupos se aproximarem mais e discutirem os trabalhos uns dos outros, os quais são apresentados em painéis com dois debatedores designados para cada painel, dentre os próprios participantes, sempre misturando os grupos. Além disso, a cada ano é escolhido um tema geral para debate, sendo convidados alguns interlocutores externos para essa discussão. No ano passado, o tema foi o quanto nossas pesquisas podem auxiliar a pensar nas políticas públicas e práticas sociais, em cada uma das áreas que vimos investigando.

Para o ano de 2009, dois eixos de discussão estão em pauta – especificamente, ética e metodologia. O primeiro eixo envolverá refletir sobre como, nos nossos estudos, o pesquisador garante os direitos aos sujeitos e às instituições participantes. A obtenção de um consentimento informado garante esses direitos e, especificamente, de quem? Até que ponto, essa exigência não dificulta o acesso a diferentes narrativas, selecionando apenas aquelas politicamente corretas? E, ainda, frente a situações inusitadas, em diversas práticas sociais, nas quais se verifica rupturas de princípios do direito, como nós pesquisadores devemos atuar? Que encaminhamentos dar frente a essas situações?

Haverá ainda um segundo eixo, e que continua o debate de anos anteriores, o qual implica em discutirmos como se articula a perspectiva da *RedSig* com as diferentes

materialidades de dados coletados (vídeo, entrevistas, documentos) e as diferentes perguntas e objetos de investigação. Essa discussão deriva da articulação de pesquisadores dos diferentes grupos, a partir de três grupos de trabalho. Nesses grupos de trabalho, buscou-se explicitar a respeito de como se articula determinada metodologia (por exemplo, documentos) com a *RedSig*. Ou, se se baseiam nela de alguma maneira, mas vêm usando outra (como Teoria Ecológica), como isso vem sendo feito. E, quais as aproximações e diferenças existem no diálogo entre essas diferentes abordagens? Ainda, queremos saber quais os embates, os nós, as lacunas que têm sido verificadas, no fazer da pesquisa. A proposta é aprofundarmos as discussões, de modo a aprimorarmos a Rede dentro de uma perspectiva metodológica, que proporcione mais efetivamente guias para as coletas e análises de processos desenvolvimentais humanos.

Tendo, ainda, em vista que a posição assumida pelo CINDEDI é a de que, em nossas áreas de pesquisa, a investigação e a prática social se enriquecem reciprocamente, em vários encontros temos dedicado um dos dias para discutir políticas públicas e práticas sociais, particularmente de educação infantil, convidando profissionais envolvidos nessas práticas. É nesse contexto que o projeto Zero a Três do MEC - cujo objetivo principal é contribuir para a formulação de orientações curriculares para a educação infantil, com um foco especial no zero a três anos - nos convidou a acolher, durante a reunião do CINDEDI, pesquisadores da área e pessoal envolvido nos vários projetos, para discutir os resultados do levantamento da produção brasileira de 2000 a 2007 sobre educação infantil. Em função disso, todo o dia 12 de fevereiro ficou dedicado a esse tema, com uma apresentação dos resultados pela manhã e uma discussão geral à tarde. Na sexta feira, dia 13 de fevereiro, prosseguirão as atividades do projeto Zero a Três, quando serão apresentados e discutidos os resultados das outras metas.

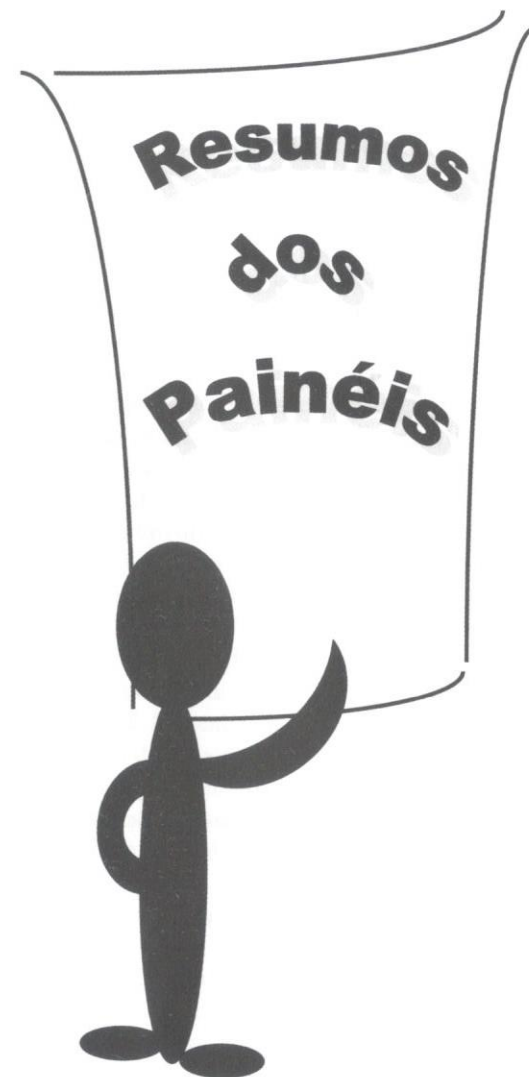
Queremos dizer que é um prazer realizarmos o 14º Encontro Científico do CINDEDI e podermos recebê-los aqui para discutirmos conjuntamente tais questões.

Um ótimo evento a todos,

Clotilde e Katia

PROGRAMA DO XIV ENCONTRO CIENTÍFICO DO CINDEDI

	2ª Feira (09/02)	3ª Feira (10/02)	4ª Feira (11/02)	5ª Feira (12/02)	6ª Feira (13/02)
Manhã		8h00min Sessão de curtas	8h00min Sessão de curtas		
	8h30min Abertura 9h30min A <i>RedSig</i> e pesquisas com entrevistas/questionários/colóquios	8h30min A <i>RedSig</i> e pesquisas com vídeo-gravação/observação	8h30min Ética e as pesquisas no campo da adoção, abrigamento e acolhimento familiar	8h30min Apresentação: Levantamento da Produção sobre Educação Infantil Coletiva	Manhã Reunião MEC – Grupos de Trabalho
Tarde					
	13h00min às 14h30min Painéis Eixo 2. Adoção, acolhimento familiar e abrigamento	13h00min às 14h30min Painéis Eixo 3. Inclusão social e escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais Eixo 5. Figuras do si mesmo ou noções de subjetividade	13h00min às 14h30min Painéis Eixo 1. Educação Infantil, Eixo 4. Comunicação, linguagem e relações, no 1º ano de vida e Eixo 6. Ensino Fundamental de 9 anos	14h00min Levantamento da Produção sobre Educação Infantil Coletiva	Tarde Reunião MEC – Grupos de Trabalho
	14h30min Sessão de curtas	14h30min Sessão de curtas	14h30min Sessão de curtas		
	15h00min A <i>RedSig</i> e pesquisas com documentos e textos didáticos	15h00min Ética e as pesquisas no campo da Inclusão	15h00min Ética e as pesquisas no campo do Desenvolvimento (1º ano de vida) e da Educação Infantil		
Noite					
	18h00min Coquetel	18h30min Atividade cultural	18h30min Atividade cultural	19h00min Chopada no Templo da Cidadania	



A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA SOB O OLHAR DOS PAIS USUÁRIOS

Bruna Calefi Gallo & Ana Paula Soares-Silva

Pesquisa em andamento

O termo *educação de qualidade* aparece com muita frequência em discursos políticos e propagandas de escolas privadas e é utilizado como um conceito universal e conhecido por todos. Contudo, ainda que a *qualidade* apareça como um conceito descontextualizado e esvaziado de sentido, as escolas brasileiras, especialmente as públicas, têm o dever constitucional de oferecer à população uma educação de qualidade. Diferentes concepções de qualidade da educação geram diferentes propostas de avaliação dessa qualidade. Um grupo de autores defende que a avaliação da qualidade da educação deve acontecer a partir de reflexões e diálogos entre todos os atores envolvidos na educação. Em relação à participação dos pais usuários na avaliação da qualidade das instituições de educação são diversas as abordagens. O foco da presente pesquisa é sobre a participação dos pais usuários na avaliação da qualidade da instituição de educação infantil. O objetivo da pesquisa é compreender o que os pais das crianças usuárias de uma instituição de educação infantil pública entendem por qualidade da educação e quais os elementos da instituição que são levados em consideração para a realização desta avaliação. A pesquisa foi realizada com os pais usuários de três instituições de educação infantil do município de Bebedouro e a coleta de dados foi desenvolvida em dois momentos: 1º) aplicação de um questionário com os pais usuários; 2º) realização de três colóquios em grupo, com os mesmos pais, sendo um em cada instituição, guiado por um temário pré-estabelecido. O questionário aplicado é uma tradução adaptada do questionário utilizado pelo grupo romano Sviluppo Umano e Società na avaliação das instituições credenciadas do município de Roma. Foi necessária uma adaptação ao questionário em relação a termos específicos e costumes que são diferentes nos dois países. Participaram do primeiro momento da pesquisa 155 pais, sendo 74 da primeira instituição, 65 da segunda e 16 da terceira. As respostas dos questionários serão tabuladas e organizadas em gráficos, de forma que se tenha um panorama quantitativo do perfil das famílias, da dinâmica destas e de suas avaliações sobre alguns aspectos do funcionamento diário da instituição. Os colóquios foram filmados em fita VHS e gravados em fita K7, estas gravações estão sendo transcritas. Inicialmente, as falas transcritas serão agrupadas sob 13 eixos temáticos, coincidentes com as dimensões propostas no temário. Depois de agrupadas, serão analisadas profundamente, sempre à luz da literatura na área. Espera-se que a presente pesquisa contribua para que esse debate sobre a qualidade da educação infantil cresça não apenas no âmbito acadêmico e legal, mas também, e com eficácia, entre a sociedade civil.

O MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mara Isis de Souza & Ana Paula Soares-Silva

Projeto em andamento

Ainda que a ocupação pela mulher de espaços considerados tradicionalmente masculinos venha se dando há algumas décadas, a ocupação pelo homem de espaços associados à figura da mulher se dá de forma bem mais tímida, mesmo nos países em que há incentivos trabalhistas com fins de promoção da igualdade entre os gêneros. O que acontece com a minoria de homens que ousam ocupar estes espaços, (de)marcados por características que são atribuídas à mulher, muitas vezes como intrínsecas à sua natureza? Neste contexto, nosso estudo pretende investigar de que maneira vem se dando a inserção do homem em instituições de educação infantil, sob o ponto de vista dos educadores, da direção e das famílias. A construção do *corpus* de pesquisa, ancorada no referencial teórico-metodológico da Rede de Significações, está sendo feita por meio de: (1) visitas e observações, com registros, em caderno de campo, das práticas e relações estabelecidas pelo educador, no dia-a-dia da instituição, com as crianças, as famílias, suas colegas e a direção; (2) entrevistas semi-estruturadas com os atores envolvidos neste processo, gravadas em áudio e transcritas na íntegra. As visitas e observações foram iniciadas no segundo semestre, com três visitas semanais no primeiro mês, duas visitas semanais no segundo e participação em reuniões e eventos comemorativos nos três meses seguintes. No final do período, foram realizadas entrevistas com os dezessete educadores e as três estagiárias da creche. Durante o mês de janeiro, além da entrevista com a Direção da creche, serão feitas as entrevistas com as famílias de 5 das crianças que pertenceram à turma do educador em foco e de 5 das que pertenceram à turma da parceira com quem este dividia sala, sendo que o membro da família a ser entrevistado será escolhido em função de um maior vínculo com a instituição. A análise do material será orientada por eixos temáticos, inicialmente definidos no diálogo com a literatura mas construídos, principalmente, a partir de uma imersão no contexto estudado e de exaustivas leituras do material produzido. Análises preliminares dos registros de observação sugerem que o fato de haver um homem inserido na rotina da instituição, neste momento do ano letivo, já é algo aceito e incorporado pelos diversos atores envolvidos no processo. A atuação do profissional em foco não se diferencia da de suas colegas na maioria das atividades e ações, sendo a questão do cuidado, que tem se apresentado como a mais delicada neste espaço, a que parece suscitar limites a sua atuação. Novas observações serão feitas este ano, durante o período de adaptação, com o intuito de investigar de que maneira a inserção deste homem é compreendida no início do processo de interação com as famílias e as crianças.

A PARTICIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS MORADORAS DE PERIFERIA E DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Regiane Sbroion Carvalho & Ana Paula Soares-Silva

Pesquisa em Andamento

A participação infantil tem sido uma importante área de investigação para a compreensão das formas possíveis de atuação das crianças na sociedade. Diferentemente de alguns referenciais

que falam a favor de uma polarização entre participação e não participação, nesse trabalho, dialogamos, a partir da *RedSig*, com perspectivas que defendem que as interações sociais necessariamente ocorrem pela participação de todas as pessoas envolvidas, cabendo compreender os jogos de posições e as relações de poder que permeiam essas interações. No caso da criança, há que se considerar sua participação no contexto da discussão acerca das relações de dominação intergeracional assim como dos modos de sociabilidade que lhe imprimem um caráter mais ativo. A presente pesquisa busca compreender como crianças descrevem e significam suas formas de participação em espaços vivenciados cotidianamente, como suas casas, escola e comunidade, e como descrevem as posições assumidas/atribuídas nas diferentes situações e contextos. A pesquisa será realizada em um assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e um bairro periférico de Ribeirão Preto. Foram escolhidos dois contextos que se aproximam do ponto de vista econômico, mas se diferenciam quanto à oferta de espaços e atividades que permitam a criação do sentimento de pertencimento e de identidade a um grupo social. O MST defende a constituição de um sujeito autor de sua história, sendo a participação das crianças elemento pedagógico para a formação no próprio movimento. Em contrapartida, na periferia urbana, são escassas as políticas que garantam os direitos das crianças, em particular o direito à participação, o que pode influenciar nas relações ali estabelecidas. Participarão da pesquisa dezesseis crianças: oito do MST e oito do bairro periférico. Em cada contexto, participarão: duas crianças de 7 anos; duas de 8; duas de 9; duas de 10. Serão utilizados três instrumentos de coleta: diário de campo; fotografia e entrevista individual semi-dirigida baseada nas fotos. Serão realizadas visitas aos contextos, buscando conhecer os espaços vivenciados cotidianamente pelas crianças, com anotações sobre os ambientes e impressões da pesquisadora. Posteriormente, será disponibilizada uma câmera fotográfica contendo um filme de 12 poses, que permanecerá com a criança por uma semana e será dada a instrução para que escolha e fotografe momentos, situações e espaços de seu cotidiano. Na entrevista, será solicitado que a criança escolha dez fotografias, com o objetivo de explorar em profundidade temas como: o porquê da escolha daqueles contextos; as condições para a realização da foto; a descrição dos momentos fotografados (locais, pessoas envolvidas e relações estabelecidas); opinião das crianças sobre as situações registradas; satisfação com a situação. A análise do material será realizada com base nos pressupostos da *RedSig*, com contatos e leituras exaustivas do material. A partir daí serão construídas as categorias de análise, mas *a priori*, são previstos dois eixos de análise: a significação da participação das crianças em seus contextos vivenciados; a posição assumida/atribuída nas diferentes situações e contextos. (CNPq)

AValiação da Qualidade de Ambientes de Creches

Scheila Machado Silveira & Mara Ignez Campos-de-Carvalho

Pesquisa em andamento

A partir do momento em que a creche deixa de pertencer à rede de assistência social e passa a fazer parte do sistema educativo, o Estado depara-se com o desafio de estabelecer parâmetros de qualidade e critérios de avaliação do atendimento oferecido às crianças de zero a seis anos. Desta maneira, uma avaliação instrumentalizada da qualidade de ambientes de creches pode

auxiliar nesta tarefa. Dada a inexistência de instrumentos brasileiros para tanto, esta pesquisa se propõe a verificar a adequabilidade para o contexto brasileiro da versão traduzida de uma escala norte-americana, utilizada internacionalmente (Infant/Toddler Environment Rating Scale – Revised Edition), através da análise semântica, da verificação da discriminabilidade e da precisão da escala. Esse instrumento é composto por 39 itens agrupados em sete subescalas, que contemplam diversas dimensões do ambiente infantil: Espaço e mobiliário (5 itens); Rotinas de cuidados pessoais (6 itens); Falar e compreender (3 itens); Atividades (10 itens); Interação (4 itens); Estrutura do programa (4 itens); Pais e equipe (7 itens). Tais itens servem de guia para as observações feitas nas várias áreas da creche, durante as atividades rotineiras das crianças com suas educadoras. Com base nas condições observadas e nos descritores contidos na escala, o avaliador atribui uma pontuação de 1 (inadequado) a 7 (excelente) para cada item. O presente estudo engloba quatro etapas: (1) análise semântica; (2) treinamento e familiarização com a escala; (3) verificação da discriminabilidade da escala; (4) verificação da precisão da escala. Na Etapa 1, seis participantes avaliaram se as sentenças escritas presentes na escala expressam claramente o que deve ser observado e/ou perguntado. Constatou-se que 80% destas sentenças são consideradas compreensíveis por todas as participantes. A Etapa 2 consistiu em leitura atenta do material, treino através de vídeo e aplicação da escala em situações reais para teste de acordo entre duas observadoras. Foram realizadas três aplicações, em três turmas distintas e obteve-se um índice de acordo acima de 70%, o que permitiu encerrar o treinamento. Na Etapa 3, a aluna-pesquisadora aplicou a escala em quatro turmas de quatro creches distintas (universitária, municipal, particular e filantrópica); verificou-se que a escala foi capaz de diferenciar os quatro tipos de creches, sendo que a Turma Universitária oferece um atendimento de melhor qualidade em relação a Turma Municipal, a qual por sua vez possui qualidade mais elevada que as Turmas Filantrópica e Particular. Na etapa 4, duas aplicadoras treinadas avaliaram de forma simultânea e independente duas turmas de creches distintas (municipal e universitária), a análise de acordo entre elas evidenciou índices de concordância satisfatórios, superiores a 70%. O presente estudo aponta a precisão da escala para o contexto brasileiro, a qual fornece subsídios para o desenvolvimento de programas educativos de qualidade e contribui para discussões acerca da qualidade no atendimento infantil.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE AMBIENTES INFANTIS ATRAVÉS DE UMA ESCALA NORTE-AMERICANA

Juliana Bezzon Silva, Tatiana Noronha de Souza & Mara Ignez Campos-de-Carvalho
Pesquisa em andamento

Dada a necessidade de estudos para avaliar a qualidade da educação infantil em ambientes coletivos, devido à inexistência de instrumentos brasileiros de avaliação, o objetivo deste estudo é analisar a adequabilidade de uma escala norte-americana - de avaliação de ambientes infantis - para o contexto brasileiro, através dos seguintes parâmetros psicométricos: (1) análise da eficácia do instrumento para discriminar a qualidade do atendimento infantil em

creches com gestões administrativas diferentes; (2) análise da precisão da escala. Participaram do estudo 3 turmas de crianças (12-24 meses), de três tipos de creches – pública, filantrópica e privada – de Ribeirão Preto (SP). O material utilizado é a Escala de Avaliação de Ambientes Coletivos para Crianças de 0 a 30 meses, composta por 39 itens agrupados em 7 subescalas, que se propõem a avaliar: Espaço e Mobiliário, Rotinas de Cuidado Pessoal, Falar e Compreender, Atividades, Interação, Estrutura do Programa e Pais e Equipe. Os procedimentos foram divididos em: Etapa 1 – treinamento e familiarização com o instrumento; Etapa 2 – aplicação da escala e análise dos escores atribuídos; Etapa 3 – análise da precisão da escala. Os resultados referem-se às duas etapas descritas no método, que já possuem material para análise. Na primeira etapa, concluiu-se o treinamento com a ESAC através da finalização do teste de acordo, após a obtenção de 82,05% de acordo entre as aplicadoras. Este resultado foi alcançado na terceira aplicação do treinamento da ESAC. Nas duas aplicações anteriores obteve-se, 58,06% e 48,71%. Essas aplicações foram realizadas em uma creche universitária e uma creche filantrópica. A partir das três aplicações realizadas, foram discutidos os principais motivos para presença de desacordo entre as observadoras. São eles: compreensão semântica diferente das observadoras em alguns itens; ausência de esclarecimentos sobre alguns termos específicos; subjetividade das observadoras interferindo nas observações. A segunda etapa, aplicação da ESAC, foi iniciada com a aplicação em uma turma de creche privada, com aproximadamente nove crianças (14-20 meses). A turma observada obteve uma pontuação próxima ao escore 3 (mínimo) na aplicação da escala. Ao analisar tal resultado de acordo com a observação do ambiente da turma, percebe-se que a escala, de modo geral, avaliou de maneira adequada os aspectos da qualidade do ambiente da turma observada. A discrepância entre itens como Atividades e Interação, deve-se provavelmente à concepção da instituição acerca do desenvolvimento infantil, pois acredita que as crianças de até dois anos devem realizar atividades sempre dirigidas, o que acaba provocando aumento da interação e diminuição de materiais dispostos no ambiente. A partir dos dados obtidos, foi possível verificar que os indicadores da ESAC descrevem com precisão as condições ambientais que devem ser avaliadas, através das observações. O teste de acordo e a aplicação já realizada evidenciam a objetividade da escala, após um treinamento do aplicador. Além disso, a possibilidade de analisar a avaliação por indicadores separados em conjuntos de subescalas permite uma avaliação em níveis de qualidade que orienta as instituições sobre quais melhorias podem ser feitas em seu ambiente.

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DE QUALIDADE DOS GESTORES EDUCACIONAIS

Priscila Camilo & Ana Paula Soares-Silva
Pesquisa em andamento

Alguns autores que estudam o tema da qualidade na educação defendem o seu caráter negociável e apontam para a necessidade de considerar a perspectiva dos diferentes atores institucionais. Nessa pesquisa, interessa-nos focar a qualidade na perspectiva dos gestores educacionais, tanto os que desempenham atividades internas à instituição (diretores e vice-diretores), quanto os coordenadores e supervisores educacionais, uma vez que seus papéis

e funções se articulam e se refletem na qualidade da educação oferecida à criança. O trabalho busca dialogar, portanto, com as pesquisas que discutem a relação entre gestão escolar e qualidade na educação infantil. O objetivo da pesquisa é conhecer o que é qualidade da educação para os gestores educacionais, bem como compreender como avaliam sua participação na melhoria da qualidade de instituições públicas de educação infantil. Os dados foram coletados em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, em três instituições de educação infantil: duas públicas e uma filantrópica. Participaram do estudo a diretora do departamento de educação, a coordenadora geral de educação infantil do município, uma diretora, uma vice-diretora e duas coordenadoras de creches e pré-escolas. Foram utilizados dois instrumentos: observação nas instituições participantes e entrevistas individuais. Foram realizadas dez visitas às três instituições, totalizando dezoito horas de observação em cada uma delas. As observações foram registradas de forma descritiva e reflexiva em um diário de campo. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado dividido em eixos temáticos previamente estabelecidos. Esse roteiro continha questões relativas à: função da educação infantil; aspectos que constituem e influenciam a qualidade na educação; formas de gestão e relações com a qualidade; dedicação às tarefas pedagógicas e burocráticas; participação e papel dos diferentes atores da comunidade escolar na promoção da qualidade; desafios enfrentados pela gestão na melhoria e na busca de uma educação infantil de qualidade. As entrevistas foram gravadas em fita K-7. As falas serão transcritas de forma literal para análise e tratamento do material. A base teórica que permitirá a criação dos procedimentos de análise dos dados é a perspectiva da Rede de Significações (RedSig). Buscar-se-á compreender, pela narrativa dos entrevistados, múltiplos significados sobre a qualidade na educação infantil e investigar a rede de sentidos e significados que emerge quando os participantes são entrevistados. (Pró-Reitoria de Graduação da USP - Programa Ensinar com Pesquisa).

2. EIXO TEMÁTICO: ADOÇÃO, ACOLHIMENTO FAMILIAR E ABRIGAMENTO

DOUTORADO

ADOÇÕES “PRONTAS” OU DIRETAS: BUSCANDO CONHECER SEUS CAMINHOS E PERCALÇOS

Fernanda Neisa Mariano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira

Pesquisa Concluída

Em pesquisa realizada no Mestrado, verificamos a alta incidência de adoções “prontas” ou diretas, através da análise de processos em uma comarca do interior do Estado de São Paulo. Estudos em outras cidades brasileiras que também analisaram processos jurídicos apontam a grande frequência desta prática, na qual os adotantes pleiteiam a adoção de uma criança, que foi entregue a eles pelos pais biológicos ou da qual tomaram conhecimento através de

mediadores, conhecidos ou em instituições. Entretanto, as adoções “prontas” são pouco conhecidas em seus processos e dinâmicas. Com intuito de apreender diferentes configurações de adoções “prontas”, através do conhecimento dos diferentes cenários e protagonistas envolvidos, das interações que podem ocorrer e dos múltiplos sentidos que vão ser construídos sobre esta prática adotiva por seus protagonistas, foram entrevistadas quatro famílias adotantes, três mães biológicas que entregaram seus filhos, mediadores e operadores do direito. Tanto a construção como a análise do *corpus* foram realizadas a partir da perspectiva da Rede de Significações. A análise aponta a existência de múltiplas configurações de adoções “prontas”, permeadas por sentidos diversos, envolvendo variadas interações entre os protagonistas, as quais circunscrevem diferentes possibilidades e limites ao desenvolvimento das pessoas e das situações. Uma das modalidades de adoção “pronta” é aquela em que os adotantes são parentes ou pertencem à rede de apoio (vizinhos, amigos) da família biológica. Parece-nos implicar práticas históricas e culturais de manutenção e sobrevivência de crianças nas famílias de camada popular. As adoções realizadas nas instituições de abrigo mostraram-se permeadas por múltiplos sentidos, entre eles, as formas de assistência à criança e ao adolescente que vigoraram por muitos anos e com frequência ainda vigoram no Brasil, nas quais a institucionalização ou a colocação em famílias substitutas têm sido uma prática recorrentemente utilizada para crianças pobres ou que, por algum motivo, não podem ser mantidas em suas famílias de origem. Outra modalidade de adoção apreendida é a que se refere à adoção de bebês. Esta apresenta uma multiplicidade de sentidos e formas de se realizar, as quais englobam desde a comercialização de bebês até sua entrega aos adotantes pela mãe biológica. Os protagonistas referiram-se à complexidade de cenários e de formas de negociação, nas quais emergiram múltiplos repertórios discursivos de abandono, trauma, maternidade e adoção. De maneira geral, sentidos variados de adoção permearam as diferentes configurações de adoções “prontas”, entre eles, a adoção como solução para as crianças pobres ou como forma de inclusão social. Por outro lado, a entrega de um filho para conhecidos parece ter ampliado o grau de satisfação e compreensão dos protagonistas envolvidos, enquanto que o silenciamento e o menor grau de negociação entre os protagonistas e os cenários foram associados a sentidos de restrição e imposição. A multiplicidade desta prática adotiva ilustra a necessidade de estudos, olhares e ações que abarquem o dinamismo e a pluralidade das configurações das famílias brasileiras, suas formas de sobrevivência, manutenção e sustentação. (FAPESP; CAPES; CNPq)

MESTRADO

REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS E RELACIONAMENTO ENTRE IRMÃOS: A PERSPECTIVA DA CRIANÇA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Ivy Gonçalves de Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira

Pesquisa em andamento

Todo ser humano tem necessidade de estabelecer ligações afetivas e, na separação ou ausência de um adulto de referência com o qual a criança já tenha estabelecido algum vínculo afetivo,

é provável que ela estabeleça com seus pares, com seus irmãos este tipo de relação. Ao levar-se em conta que uma das principais causas de abrigo de crianças é a negligência, causada predominantemente por dificuldades decorrentes da pobreza, pode-se esperar que quando um grupo de irmãos é abrigado, essas crianças muito provavelmente trazem consigo uma vivência que fez com que os irmãos ocupassem um lugar importante em suas vidas. Porém, há poucas pesquisas sobre o relacionamento entre irmãos em situação de abrigo. Pautando-se na perspectiva da Rede de Significações, esta pesquisa tem como objetivo conhecer a rede de relações de crianças em acolhimento institucional, buscando investigar, sob a perspectiva da criança, as características do relacionamento com irmãos e companheiros. A pesquisa foi realizada em três abrigos, tendo sido entrevistados sete grupos de irmãos, num total de 18 crianças com idades entre de 6 a 12 anos. Foram realizados quatro encontros com cada criança, sendo que para a coleta de dados foi utilizado, como instrumento principal, uma entrevista estruturada com o intuito de conhecer quem a criança procura e por quem é procurada em determinadas situações e, complementarmente, desenho e uma adaptação do Four Field Map. Todos os encontros contaram com material lúdico de apoio (família de bonecos e material para desenho). Para contextualizar esses dados foram realizadas notas de campo. A análise dos dados centrou-se, principalmente, numa adaptação da Social Network Matrix, a qual foi montada a partir das informações coletadas através das entrevistas com as crianças, possibilitando análises quantitativas e qualitativas. Resultados preliminares relativos à análise quantitativa apontam que pessoas do contexto do abrigo são as mais mencionadas, seguidas pelas pessoas do contexto familiar. O tempo de abrigo parece exercer alguma influência negativa no número de pessoas da família mencionadas. Chama atenção o fato de pessoas do contexto escolar serem muito pouco mencionadas. No que se refere aos irmãos, eles são os membros da família mais citados pelas crianças; os irmãos mais novos têm os mais velhos como figura de referência e os mais velhos se percebem como tal; e os irmãos mais mencionados são os que estão acolhidos na mesma instituição. Tais resultados apontam a necessidade dos abrigos reverem efetivamente suas práticas de acolhimento, principalmente no que se refere ao não-desmembramento de grupos de irmãos, mas também ao estabelecimento e manutenção dos vínculos familiares. Além disso, necessitam viabilizar formas de ampliação da rede social das crianças acolhidas institucionalmente. O papel inclusivo da escola também precisa ser revisto.

CRIANÇA ADOTADA: UM FRACASSO NA ESCOLA? A PERSPECTIVA DE PAIS E PROFESSORES

Leticia Fonseca R. F. Castro, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira & Sueli C. Pauli Teixeira
Pesquisa em andamento

Alguns estudos apontam a adoção como um fator central para o surgimento de possíveis dificuldades no desenvolvimento de crianças, sendo o baixo desempenho escolar assinalado em diversos estudos como uma resposta às possíveis dificuldades enfrentadas com o processo adotivo ou com a adoção em si. Tais questões são debatidas por outros estudos também sobre adoção, que ao tratar do assunto expõem uma visão diferente a respeito da mesma temática e enfatizam que a adoção pode não ser, isoladamente, o fator responsável para o surgimento de dificuldades escolares. Desta forma, esta concepção amplia o foco do assunto

para demais fatores, não considerando apenas a adoção como responsável pelo surgimento de dificuldades no âmbito escolar. Sendo assim, esta pesquisa busca investigar em que medida a situação de adoção estabelece limites e/ou rompe com as possibilidades no desenvolvimento de crianças, e qual o papel deste e outros elementos circunscritores no estabelecimento de possíveis “dificuldades de aprendizagem” escolares. Para isto, analisaremos o discurso de, em média, doze professores do Ensino Fundamental (3º ao 7º ano) sobre a possível existência de alunos com dificuldades escolares, analisando as razões que eles acreditam serem responsáveis por possíveis dificuldades e no caso de possuírem crianças adotadas, investigaremos como se dá o desempenho escolar destas e como eles interpretam tais dificuldades se presentes nestas crianças. Também entrevistaremos os pais adotivos das crianças, a respeito do desempenho escolar destas e sobre a visão destes sobre o tema da pesquisa. Realizaremos também análises do material escolar e do boletim escolar das crianças, buscando verificar se a queixa de dificuldades escolares ou sua ausência pode ser confirmada ou não, bem como observações do cotidiano escolar e das interações em sala. A partir disso, buscaremos realizar uma investigação que inter-relacione as diversas ordens de elementos presentes, em níveis micro e macro, procurando compreender as situações sempre de forma articulada. De acordo com os pressupostos teóricos e metodológicos da *Rede de Significações*, analisaremos a adoção como uma situação em meio às outras vividas pela criança, retirando o foco de atenção da mesma e estendendo-o para um conjunto de fatores intervenientes, no qual a escola e a família são componentes essenciais. Sob a ótica da *RedSig*, para compreender esse processo, é preciso levar em conta não apenas os componentes individuais da criança, como a sua condição de filho biológico ou adotivo, mas os outros componentes da rede interacional da qual a criança faz parte. Ao analisar os elementos que compõem uma situação de dificuldades escolares devemos mapear as diversas significações que podem existir nesta situação, que podem estar ou não contribuindo para a existência de “dificuldades de aprendizagem”. Para isso, é de suma importância refletir até que ponto vivências estressantes da adoção podem ou não ser responsáveis pelas supostas dificuldades apresentadas pelo sujeito adotivo.

CRIANÇA SEM APOIO PARENTAL NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA: “UM PROBLEMA POLÍTICO?”

Maria Helena N. Timbana, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira & Elmir Almeida
Pesquisa em andamento

A situação da *criança sem apoio parental* na sociedade moçambicana contemporânea (1972-2006) é fruto da combinação de fatores econômicos, sociais, demográficos, políticos e ideológicos. Ao final do século XX, Moçambique ostentava um dos piores IDH do continente africano e mundial e contava com uma população de 19.420.000 habitantes, dos quais 12.364.000 eram crianças, entre 0 e 18 anos de idade, sendo que 1.600.000 eram crianças órfãs, de ambos os sexos. As desigualdade e pobreza absoluta atingiam mais fortemente determinados seguimentos moçambicanos, dentre eles mulheres, crianças e *as crianças sem suportes parentais*. A pesquisa objetiva: 1) compreender como o Estado e o governo central moçambicanos concebem a condição infantil e a situação da *criança sem apoio parental* e 2) compreender e analisar os modos de agir do Estado e do governo central moçambicanos em relação a esse segmento infantil, a fim de verificar se ele se constituiu um “problema político”.

Mediante procedimentos quantitativos e qualitativos, a pesquisa realizou: 1) um quadro de referências sobre a condição infantil e a situação da criança moçambicana, a partir de 1992; 2) a análise da configuração e desenvolvimento do Estado-nação e do Estado moçambicano de maneira a compreender os modos de *agir* ou *não-agir* daquelas instituições em relação à infância e a situação da *criança sem apoio parental*. De 1972 até ao presente, em Moçambique foram configuradas duas formas de Estado: um popular-socialista, de influência marxista-leninista e da ex-URSS (1975-1989) e o Estado democrático de direito, em vigor desde 1990, estruturado a partir do apoio político e financeiro de Estados-nações europeus ocidentais. Estas formas de Estado e seus respectivos governos sugerem a existência de temporalidades distintas na organização do quadro institucional, que produziram modos variados de conceber a *infância* e de *agir* em relação às *crianças* e as *crianças sem apoio parental*. Na primeira temporalidade, a atenção à *criança* e à *criança sem apoio parental* integrou o projeto de criar a *sociedade nova* e o *homem novo*; o Estado e o governo central atuaram em relação à *criança sem suportes parentais* a partir das políticas e planos macroeconômicos centralmente planejados, *reconhecendo apenas como órfãos as crianças que tiveram parentes vinculados a FRELIMO*. Na segunda temporalidade, a *infância* e a *criança* são concebidas a partir de critérios etários e por oposição à maioridade; e, marcos legais afirmam a criança como *sujeito de direitos*; em relação à *criança sem apoio parental*, as ações governamentais derivam de políticas públicas econômicas e sociais que objetivam o combate à miséria e a diminuição da pobreza. Assim, pode-se dizer que a *situação da criança moçambicana sem apoio parental* vem se sendo compreendida menos como “estado de coisa” e mais como “problema político” para o Estado e para o governo central do país, porém tal problema tem formulações e respostas distintas, tendo em vista as duas temporalidades do Estado moçambicano. (Bolsa Fundação Ford)

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

INTERAÇÕES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS ABRIGADAS

Carolina Gobato Buffa, Sueli C. Pauli Teixeira & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
Pesquisa concluída

Apesar de vários estudos considerarem o abrigo como uma situação de menor risco do que se imaginava, muitas pesquisas ainda o tratam como um fator de risco para o desenvolvimento infantil, referendando o estigma social de fracasso e a exclusão que sofrem as crianças abrigadas. Considerando a escola um dos contextos desenvolvimentais mais relevantes para uma criança e partindo da perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações, que considera o desenvolvimento humano como um processo de construção social se dando nas e através das relações, este trabalho teve por objetivo compreender como a criança abrigada fala de suas vivências na escola e das relações que estabelece com os demais integrantes da instituição escolar. Para tanto, participaram deste estudo duas meninas e dois meninos (de 10 a 13 anos de idade), abrigados na mesma instituição, e a coordenadora e a pedagoga desta. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas individuais com os participantes em um encontro. Em outros três encontros, cada criança e adolescente elaborou narrativas sobre dezessete temas que versavam

sobre escola, família, adoção e a identidade da criança. Em outras duas sessões, foi feita uma avaliação psicopedagógica elaborada pelas pesquisadoras. Constituiu-se, então, um *corpus* através de recortes selecionados do material transcrito, os quais enfatizavam aspectos da relação da criança abrigada com os outros integrantes do contexto escolar. Por meio de uma análise qualitativa percebemos que as relações estabelecidas pelos participantes no ambiente escolar são descritas como permeadas por situações de conflito, nas quais as crianças sentem-se injustiçadas e cujo desenrolar e desfecho, muitas vezes, parecem estar ligados à violência física ou psicológica e a um conseqüente silenciamento da criança. Atitudes de exclusão perpassam tais relações e, na visão das profissionais da instituição de abrigo, são atribuídas à própria condição de abrigo destas crianças. Apesar de relações conflituosas na escola não serem exclusivas dos abrigados, os resultados apontam para a descrição de uma menor tolerância da escola para com eles. Assim, considerando que os processos interativos estabelecidos entre as pessoas estão imersos em uma matriz sócio-histórica, composta por múltiplas condições e sentidos, vemos que as relações estabelecidas entre os participantes da pesquisa e os demais integrantes do contexto escolar retomam e materializam o discurso da ideologia dominante que vê as crianças abrigadas como fracassadas, (re)atualizando no contexto escolar a exclusão social a que já estão submetidos, indicando que esta instituição não tem podido desempenhar o papel de inclusão que lhe cabe. (CNPq)

A PERSPECTIVA DA CRIANÇA SOBRE SEU PROCESSO DE ABRIGAMENTO

Fernanda Lacerda Silva, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira & Lilian A.G. Sólón
Pesquisa Concluída

Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu que o abrigo deve ser uma medida provisória que tem por objetivo a proteção da criança e do adolescente. No entanto, o abrigo vive um momento de transição no Brasil e a questão do tempo de permanência no abrigo e da qualidade do atendimento às crianças ainda continua sendo motivo de controvérsias. Esse tema merece ser mais aprofundado e, embora a criança apareça como foco principal no processo de abrigo, poucos estudos investigam o abrigo a partir da óptica da própria criança. Enquanto parte constitutiva do processo de abrigo, a criança está submetida a uma série de fatores que circunscrevem este processo (história passada, possibilidade de reintegração à família de origem, tempo de permanência no abrigo e a qualidade do atendimento prestado pela instituição). Neste trabalho, defende-se a idéia de que para se compreender o processo de abrigo, faz-se necessário conhecer as experiências daqueles que o vivenciaram. Assim, buscamos conhecer a perspectiva da criança sobre seu processo de abrigo: como ela narra sobre o abrigo, qual foi sua trajetória de abrigo e quais relações foram estabelecidas durante sua permanência. Para tanto, optamos por trabalhar com o Banco de Dados da Dissertação de Mestrado “A perspectiva da criança sobre seu processo de adoção” (SOLON, 2006), que contém narrativas de três crianças entre 6 e 7 anos que vivenciaram o abrigo antes de serem adotadas. As entrevistas com as crianças foram revisadas, visando focalizar especificamente as narrativas sobre o processo de abrigo. A construção e análise do *Corpus* foram norteadas pelo referencial teórico-metodológico da Rede de Significações (RedSig). A investigação se deu com as entrevistas de três crianças: Billy, Yasmim e Júlia. Billy (7 anos) estava morando com a família adotante há 11 meses (na ocasião da primeira entrevista). Informações sobre sua

história de vida apontam a primeira entrada no abrigo aos 18 meses, seguida de retorno à família de origem, aos 3 anos ocorreu o segundo abrigamento e uma prévia colocação em família adotante que durou aproximadamente um ano e meio, tendo sido retornado ao abrigo. Yasmim (6 anos) e Júlia (7 anos), irmãs, estavam morando com a família adotante há 2 anos e 1 mês (na ocasião do primeiro encontro). Ambas estiveram por um período de 2 anos no mesmo abrigo. No decorrer das entrevistas, as crianças tocaram em pontos importantes acerca do tema abrigamento, como: o caráter provisório do abrigo; a importância da qualificação dos profissionais que atuam nesta modalidade de instituição; a importância da atenção à criança no decorrer dos seus processos de abrigamento e desabrigamento; e a multiplicidade e heterogeneidade dos abrigos. Assim, pôde-se observar que, independentemente do tempo que a criança permanece no abrigo, ela estabelece relações, e assim, vai construindo significados sobre o mundo ao seu redor e sobre si mesma. As narrativas de Júlia, Yasmim e Billy nos permitem refletir sobre a possibilidade de conhecer o processo de abrigamento a partir da perspectiva da própria criança que o vivenciou.

FAMÍLIAS ACOLHEDORAS: CONSTRUINDO SENTIDOS SOBRE VÍNCULOS, RELAÇÕES E ACOLHIMENTO

Lara Barros Martins, Nina Rosa do Amaral Costa & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
Pesquisa em andamento

O acolhimento familiar se constitui como medida de proteção que visa atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou violência doméstica, que têm seus direitos violados e encontram-se privados de cuidados parentais. Nesses casos, a criança/adolescente é encaminhada a uma família acolhedora, previamente cadastrada e selecionada, à qual é concedida a guarda provisória e a responsabilidade pelo acolhido, tendo para com ele todos os deveres de um guardião legal. O objetivo do estudo consistiu em levantar os sentidos que as famílias acolhedoras associam ao acolhimento familiar e à construção de vínculos afetivos durante o processo. A perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações* norteia a construção e análise do *corpus* empírico. A investigação contemplou a realização de entrevistas com as famílias acolhedoras participantes de um programa de acolhimento familiar em andamento, que efetuou 314 colocações em famílias acolhedoras durante 10 anos de funcionamento. Da amostra total de 15 famílias que estavam acolhendo naquele período, 13 foram entrevistadas. O roteiro semi-estruturado de entrevista foi constituído por questões que caracterizam o perfil sócio-demográfico dos participantes (idade, estado civil, escolaridade, profissão, renda, composição familiar) e que visavam conhecer suas significações sobre os seguintes temas: família/família acolhedora, vínculo afetivo e acolhimento. Além de levantar informações sobre a motivação para a realização do acolhimento familiar, possíveis dificuldades encontradas no processo, sobre a estrutura do programa participante, sobre as relações estabelecidas entre a família acolhedora e a criança e entre a família acolhedora e a família de origem. Na maioria dos casos, somente a “mãe acolhedora” compareceu à entrevista, tendo ocorrido duas exceções, na qual o casal de acolhedores estava presente. As famílias são compostas por casais, com idade média de 45 anos e têm filhos adultos. O nível de escolaridade mais incidente é o Ensino Fundamental seguido pelo Ensino Médio, e as profissões são majoritariamente relacionadas a atividades autônomas. Entre as mulheres, há algumas que se dedicam inteiramente a atividades domésticas

e ao cuidado integral das crianças/adolescentes acolhidos. Existe grande variação com relação à renda familiar, havendo famílias que recebem menos de dois salários mínimos e outras quase vinte. A partir de alguns resultados preliminares, pode-se verificar que as famílias acolhedoras relatam que o estabelecimento de vínculos afetivos é inevitável e necessário para efetuar a prática de acolher; a maioria considera inadequado manter contato com a família de origem durante o processo; e acreditam que a família acolhedora assume papéis e desempenha funções iguais às exercidas por uma família “convencional” durante o período de acolhimento. A presente pesquisa almeja suscitar reflexões e discussões relativas ao acolhimento, famílias acolhedoras, relações familiares e vínculos afetivos, a partir dos sentidos contidos nesse material. (FAPESP)

CONHECENDO A REDE DE RELAÇÕES DA CRIANÇA ABRIGADA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Nívea Passos Maehara, Ivy Gonçalves de Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
Pesquisa em andamento

Desde o nascimento, estamos imersos em uma complexa rede de relações sociais, sendo que, com algumas pessoas, estabelecemos vínculos especiais. O outro com o qual interagimos pode exercer diversas funções na nossa vida: cuidado, apoio, proteção, entre outras. Em situações de ruptura e vulnerabilidade, essa rede social assume especial importância, tornando-se essencial para o desenvolvimento saudável. Tendo por base a perspectiva da Rede de Significações, esse estudo tem como objetivo mapear a rede de relações da criança abrigada. Mais especificamente, identificar quem são as pessoas que fazem parte desta rede de relações, em que situações são procuradas e se há uma preferência na procura por pares ou adultos. Os participantes dessa pesquisa foram oito crianças, com idades entre sete e doze anos, abrigadas em uma instituição na cidade de Ribeirão Preto (SP) há, no mínimo, cinco meses. Os dados foram coletados, principalmente, através de uma entrevista estruturada com cada criança. De forma complementar, foram realizados mais dois encontros individuais, um para a realização de um desenho das pessoas que eram importantes para a criança e outro utilizando-se uma adaptação do Four Field Map. Esse instrumento é um tapete no qual as crianças posicionam as pessoas com as quais se relacionam em uma série concêntrica de círculos representando a intensidade de afeto da relação. A análise centrou-se nos dados obtidos através da entrevista, utilizando-se, para tal, uma adaptação da Social Network Matrix. Como resultado encontrou-se que as pessoas que as crianças citaram como fazendo parte de sua rede de relações são predominantemente do abrigo, havendo um número muito pequeno de pessoas citadas da escola, da família e de outros contextos. Com relação às funções que essas pessoas desempenham, percebeu-se que, para todas as funções investigadas (Cuidados e Atividades Diárias, Proteção, Educação, Apoio Emocional e Relação Afetiva), as crianças citaram predominantemente ou exclusivamente pessoas do abrigo. Contudo, o desenho mostrou que as crianças consideram que as pessoas de sua família são as mais importantes para elas e o tapete permitiu a identificação de pessoas de outros contextos. Dado o pequeno número de pessoas citadas de contextos importantes como família, escola, entre outros, parece necessário que os abrigos assumam uma postura mais ativa com relação à promoção e manutenção dos vínculos familiares, além da integração e inclusão das crianças nos diferentes contextos da comunidade. A escola também necessita rever seu papel nesse processo, agindo de forma mais efetiva. (FAPESP, CNPq)

**TRABALHO APRESENTADO EM DISCIPLINA,
COMO PARTE DOS CRÉDITOS PARA O PROGRAMA DE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSCar**

CENSO DE DEZ ANOS: JOVENS E ADULTOS DEFICIENTES NA EJA

Lúcia Maria Santos Tinós & Katia de Souza Amorim

Pesquisa Concluída

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, é uma modalidade de ensino da rede pública, obrigatória e gratuita, que encontra garantia na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Sua meta é propiciar educação para jovens e adultos, possibilitando o acesso à escolarização. Assim, ao considerar o pressuposto da educação de qualidade para todos, a meta da EJA é garantir a escolarização e certificação de conclusão de etapas dos ensinos fundamental e médio com qualidade. Pesquisas têm indicado que a EJA tem sido usada, de forma crescente, como recurso educacional por pessoas com deficiências que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou, que não permaneceram no ensino regular; ou ainda, que freqüentaram escolas especiais que não garantem a certificação. Porém, à análise de revisão bibliográfica, verificou-se que não se tem dados empíricos a respeito dessa relação entre pessoas deficientes e a EJA. Assim, traçou-se como objetivo deste estudo realizar um censo e discutir a EJA, especificamente da rede municipal de ensino de Ribeirão Preto. Buscou-se verificar a incidência de alunos com deficiências matriculados, no período de 1998 a 2007, além de identificar os diagnósticos, a idade e o percurso escolar, conferindo se os alunos completam sua escolarização e são certificados. A coleta de dados foi feita a partir de informações dos registros escolares, dos últimos dez anos, fornecidas pela Seção da EJA, que autorizou a pesquisa e disponibilizou o material. A análise feita foi quantitativa e qualitativa, usando-se como base para sua discussão o referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações*. Verificou-se que, de fato, há um crescente número de alunos deficientes utilizando-se dessa modalidade (5% em 2007). Em termos de diagnóstico, os deficientes mentais representam 43% daquela população e os com deficiência auditiva 17%. Há predominância de pessoas do gênero masculino e com idade entre 21 e 30 anos. Porém, a maioria dos alunos com deficiência não se certifica, no período pesquisado apenas dois alunos conseguiram a certificação de ensino fundamental, permanecendo ainda por períodos muitas vezes extremamente longos (de até 10 anos), sem mudar de nível de ensino. Mais ainda, o que se verifica é a maneira com que são feitos (ou não) e estão organizados (ou não) os registros referentes a EJA. Há a necessidade de registros mais sistematizados para pensar em ações e políticas inclusivas para EJA.

TRAJETÓRIA ESCOLAR DE CRIANÇAS COM EPILEPSIA. DE QUEM É A ESCOL(H)A?

Ticiania Melo de Sá Roriz, Katia de Souza Amorim & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
Pesquisa concluída

A epilepsia representa a desordem cerebral crônica mais comum na infância, sendo mais incidente nos dez primeiros anos. Muitas das epilepsias infantis caminham para remissão das crises com tratamento apropriado. Porém, devido a estigmas e preconceitos, o diagnóstico de epilepsia favorece atitudes de exclusão, restringindo inclusive a participação em escolas regulares. O objetivo deste trabalho é investigar como professores e familiares de crianças com epilepsia se referem e concebem esta criança no cotidiano da educação escolar. E, ainda, como a própria criança aborda essas vivências. Para tanto, três crianças foram estudadas (10-11 anos) com diagnóstico de epilepsia: uma freqüentando escola especial, uma classe especial, e, outra, classe regular. A seleção dos participantes foi feita a partir de crianças atendidas num ambulatório especializado. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com os professores e as famílias. E, ainda, entrevistas com a criança, utilizando-se material lúdico de apoio. Paulo e Gabriel (nomes fictícios) têm 10 anos de idade, Israel tem 11. As crises de Paulo iniciaram-se com um ano e um mês, este freqüenta escola especial, desde os dois anos. Freqüentou classe regular por três anos (5-8 anos), sendo depois reencaminhado para escola especial. As crises de Gabriel iniciaram-se aos onze meses, freqüenta "classe especial" desde os dois anos. Atualmente, o município agrupou todas as classes especiais num mesmo local. As crises de Israel iniciaram-se aos nove meses, freqüenta escola regular desde os oito anos, quando as crises cessaram, mediante tratamento cirúrgico. A análise qualitativa, baseada na perspectiva da *Rede de Significações*, foi conduzida por recortes temáticos das falas dos interlocutores, apreendendo-se significados relacionados ao processo educacional, à estigmatização da criança, dentre outros. Das conversas com as crianças, apreendeu-se os significados atribuídos ao ser uma criança com epilepsia, seu ambiente educacional, dentre outros. Verificou-se que, em termos escolares, ênfase dominante direciona-se às dificuldades de aprendizagem, trazidas pelas escolas e pelas famílias. Também concretizada em suas trajetórias escolares e encaminhamentos no decorrer desse percurso. No caso de Paulo, o estigma não parece estar associado às crises epiléticas, e sim a sua vinculação com a APAE. No caso de Gabriel, ressaltamos a tenra idade em que foi encaminhado para uma classe especial e ainda o agrupamento de todas as classes especiais, promovido pela prefeitura. No caso de Israel, as crises o impossibilitaram de freqüentar a escola. Evidenciamos que o percurso escolar dessas crianças com epilepsia é marcado pela exclusão. As escolas, de maneira geral, não demonstram aptidão/interesse em lidar com essas crianças. Além disso, o modo como cada município se estrutura em termos educacionais foi determinante na trajetória escolar de cada criança. Temos que considerar a luta de poderes e de práticas-discursivas que circunscrevem muitas das decisões/ações que envolvem a escolaridade dessas crianças. Devemos analisá-las de maneira situada, contextualizada, garantindo a análise da complexidade desses vários elementos. (CAPES, FAPESP, CNPq)

10 ANOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO: MAPEAMENTO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

Patrícia Moreira de Souza & Katia de Souza Amorim

Pesquisa em andamento

Historicamente, em diferentes sociedades e grupos culturais e econômicos, pessoas com necessidades especiais têm sido incorporadas, de forma diversa, em sua participação social. Particularmente, nas décadas de 80-90 do século XX, emergiu e se fortaleceu o movimento pela inclusão social e, mais especificamente, pela Educação Inclusiva. Esta última propõe a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Nesse processo, ocorreram avanços legais através da CF/88 e ainda da LDB/96. Dados do Censo Escolar do MEC/INEP, de 2007, indicam mudanças, mostrando que as matrículas de alunos com deficiência no ensino regular tiveram um aumento significativo de 640%. Apesar desse aumento, a hipótese é de que, a despeito de regulamentada por lei e decretos, devido às dificuldades e controvérsias em sua implantação, a educação inclusiva tem ocorrido de forma limitada. Considerando que, no ano de 2006, completou-se 10 anos da implantação da educação inclusiva (LDB/96), esta pesquisa tem como objetivo verificar, através do censo da Educação Especial das escolas Públicas Estaduais da cidade de Ribeirão Preto, como vem se dando o processo da Inclusão Escolar, nos últimos 10 anos (1998 – 2007). A meta será identificar: a) o número de alunos com deficiência (Ensino Fundamental e Médio); b) os tipos de deficiências desses alunos; c) o tempo de permanência destes alunos, no ensino regular (em classes regulares); d) a série e a modalidade de ensino em que há um maior e um menor número de crianças e/ou adolescentes matriculados; e) a idade dessas crianças e/ou adolescentes, e se há defasagem idade/série; f) se essas crianças e/ou adolescentes incluídas no ensino regular também freqüentam, complementarmente, a escola especial e/ou salas de recursos; e, g) o gênero das crianças incluídas. A coleta de dados consiste na consulta dos registros escolares da Diretoria Regional de Ensino, referente às crianças e/ou adolescentes com necessidades especiais, matriculados nestas escolas, no período de 1998 a 2007. Na cidade, existem 50 escolas pertencentes à Diretoria de Ensino, sendo todas parte do estudo. Os dados obtidos estão sendo armazenados em tabela específica, arquivada em banco de dados do Access. A discussão dos resultados tem como base o referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações*. Um primeiro contato com o material foi realizado, sendo consultados documentos referentes aos alunos de 2008. Vale ressaltar as dificuldades no acesso a esses documentos, a extrema centralização destes e a limitação das informações contidas nos mesmos. Nos registros consultados constam apenas o tipo de deficiência, nome da escola e cidade. Assim, não foi possível verificar nome do aluno, idade, série, ano de matrícula, etc. De acordo com os registros foram atendidos 873 alunos com necessidades especiais com os seguintes diagnósticos: deficiência mental (58%); distúrbios globais e transtornos do desenvolvimento (12%); deficiência auditiva (11%); deficiência visual (9%); deficiência física (6%); deficiência múltipla (3%) e altas habilidades/superdotados (1%). A deficiência mental é a que mais se destaca, este dado estando em consonância com o MEC/INEP.

10 ANOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM RIBEIRÃO PRETO: MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE PRIVADA DE ENSINO

Carla Passalacqua Morelli & Katia de Souza Amorim

Pesquisa em andamento

Atualmente, quando se fala em inclusão, internacionalmente, destaca-se a Declaração Mundial de Educação para Todos de Jomtien (Tailândia, 1990) e a Declaração de Salamanca - UNESCO (Espanha, 1994), ambas elaboradas a partir de discussões a respeito de direitos humanos, tendo traçado metas para a equalização de oportunidades para as pessoas com necessidades especiais. No Brasil, destaca-se a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, as quais, seguindo esse movimento, pontuam que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem preferencialmente freqüentar salas de aula do ensino regular, em todos os níveis. Porém, verifica-se resistências a esse processo. Para analisar essa situação, o objetivo deste trabalho é investigar *se e como* a rede privada de ensino vem recebendo crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) nas classes regulares, nos últimos 10 anos, no Município de Ribeirão Preto. A meta será identificar a matrícula e o incremento no número de alunos incluídos; e, ainda, quais são os perfis destes alunos, verificando o tipo de deficiência, o tempo de permanência, a freqüência destas crianças na escola regular e se obtiveram certificação. A partir de levantamento no Banco de Dados da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto de 2005, verificou-se a existência de 175 escolas na rede privada do município. Após contato telefônico com estas instituições, verificamos que 109 destas escolas já tiveram ou têm crianças com NEE matriculadas. Destas 109, selecionamos 35 nas quais pretendemos coletar os dados pessoalmente, pelo fato de serem maiores ou mais tradicionais na cidade; para as demais 74, após o contato telefônico, enviamos pelo correio instrumento a ser preenchido pela própria instituição. Análise dos dados será por um lado quantitativa, através da análise geral do censo, além do cruzamento entre as informações (como idade *versus* diagnóstico *versus* série). Ainda, será feita a análise qualitativa dos dados, partindo-se da perspectiva da *RedeSig*, para apreendermos os significados presentes, considerando a complexidade dos resultados. Preliminarmente, obtivemos dados de 04 escolas, sendo que uma refere-se a coleta feita diretamente na escola e 03 foram instrumentos respondidos pela própria instituição. Do conjunto, obtivemos 303 registros, referentes a 68 alunos. Especificamente, das 03 escolas que responderam pelo correio, obtivemos 26 registros, referentes a 11 alunos com (NEE) matriculados; e, da escola visitada pessoalmente pela pesquisadora, encontramos 277 registros referentes a 57 alunos. Quando analisamos os resultados totais por gênero, temos que 60,3% dos alunos são do sexo masculino e 39,7% são do sexo feminino, dados similares aos encontrados no Censo das Escolas Municipais deste município, Especial e Educação de Jovens e Adultos. Observamos ainda que, na escola visitada, 51% dos alunos permanecem 04 anos ou mais matriculados, dado que em muito difere do observado na Rede Municipal, onde 58,49% dos alunos permanecem apenas 01 ano na escola. Assim que visitarmos outras 34 escolas e estivermos com os instrumentos de coleta de dados respondidos pelas demais, acreditamos que teremos dados significativos para analisarmos como vem ocorrendo a inclusão e verificarmos qual é o reflexo das políticas nacionais e internacionais junto às escolas.

REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO DE UMA ESCOLA ESPECIAL DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA FRENTE ÀS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR, PÓS LDB/96: CONFIGURAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES

Francisco Ribeiro Tavares-Neto & Katia de Souza Amorim

Pesquisa concluída

Verifica-se que, a partir da LDB de 1996, houve mais intenso e organizado fortalecimento das políticas de inclusão educacional e que tal movimento tem tido reflexos nos vários níveis de ensino e nas diversas instituições sociais envolvidas, nos últimos anos. Assim, este trabalho propôs-se a realizar um censo de 1998 a 2007, de modo a conhecer como vem se dando o fluxo no processo educacional de pessoas com deficiência, em uma escola especial de uma cidade do interior paulista. Buscou-se identificar quantas e quais são as pessoas que fazem / fizeram uso de seus serviços; quais os profissionais que atuam / atuaram na instituição; componentes relevantes de sua trajetória; se houve mudanças em suas práticas de atendimento. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevista com a diretora da instituição, além de análise documental (dados dos educandos e projeto político-pedagógico). O estudo é qualitativo, tendo como base o referencial teórico-metodológico da *Rede de Significações*. Verificou-se que houve expansão dos serviços prestados pela instituição, com uma média geral de 6,44% de crescimento no número de matrículas. Esse crescimento revelou-se irregular, inclusive com crescimentos negativos, durante o período. Entre 1998-2007, 725 educandos matricularam-se na instituição. Esse alunado era constituído por 56% de homens e 44% de mulheres. Desses, 64,6% possuem diagnóstico de deficiência mental e 35,4% de deficiência múltipla. Essa proporção não é semelhante nos diferentes serviços prestados pela escola, havendo uma menor proporção de pessoas com deficiência múltipla nos níveis de atendimento que implicam em inclusão escolar. Questionamento que emerge daí é se a escola especial passará a ter uma função diferenciada, em que além de dar suporte às escolas regulares, ela se incumbirá de dar atendimento diferenciado às pessoas com deficiência com maiores comprometimentos. Os serviços de atendimento estão direcionados centralmente a dois grupos – Educação Precoce e EJA. A Educação Precoce parece ser responsável pelo maior índice de crescimento da instituição (20%), enquanto que a EJA sofreu decréscimo significativo (-38%). Esse dado parece revelar a existência de discursos e práticas contraditórios, relacionados a diferentes processos histórico-sociais e compreensões a respeito da deficiência e da inserção da pessoa com deficiência no contexto social. Para a instituição, a participação dos educandos no ensino regular está crescendo, particularmente a partir de 2001-2003. No entanto, seu incremento é ainda muito pequeno (5,6%). Além disso, este movimento está basicamente localizado no programa Complementar (resultante de parceria para este propósito com a Secretaria Municipal da Educação) e na Educação Precoce. Isso remete à atenção preferencial de crianças de zero a três anos, considerando-se esta faixa etária como a porta de entrada para o processo de inclusão se efetivar de maneira integrada às iniciativas do conjunto social local. Os dados indicam que o movimento que se verifica na instituição parece refletir de fato uma resposta de transformação em função das políticas educacionais contemporâneas, apesar de mergulhada em ambigüidades. (FAPESP, CNPq)

EDUCAÇÃO ESPECIAL PÓS LDB/96, O QUE MUDA? CENSO DAS CLASSES ESPECIAIS E SALAS DE RECURSOS PARA SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS EM CIDADE DO INTERIOR PAULISTA

Gabriela Caldeira Aranha & Katia de Souza Amorim

Pesquisa Concluída

A partir da CF/88, implantaram-se políticas públicas com a priorização do “atendimento educacional aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. Essa legislação foi reforçada pela LDB/96 trazendo novos panoramas para o contexto educacional, levando à necessidade de definições sobre quem eram as pessoas com necessidades especiais e onde/como deveriam ser atendidas. Buscando verificar como vem se dando esse processo pós LDB/96, no cotidiano das escolas, um projeto amplo vem acompanhando em diferentes níveis e sistemas de ensino de um município do interior paulista. Parte dele, a presente pesquisa objetivou mapear a trajetória das Classes Especiais e Salas de Recursos, entre 1999-2008, particularmente das destinadas a deficientes auditivos/surdos. Os dados foram obtidos através de documentos e entrevistas, além de subsídios da Secretaria Municipal da Educação. Para análise do censo, os dados foram considerados em seus valores absolutos; ainda, foram utilizados procedimentos estatísticos para o cruzamento de variáveis. Todo conjunto foi analisado sob a perspectiva da Rede de Significações. Quanto à coleta, houve dificuldades devido à precariedade dos registros das escolas relacionados a esses atendimentos. Com os dados obtidos, compusemos um banco com 714 registros, correspondentes a 211 alunos. Do total, 46% freqüentam classes especiais, 38% salas de recursos e 16% não possuíam a informação. Apesar de em menor número, vê-se aumento no número de alunos que freqüentam salas de recursos. Do total, 59% são do sexo masculino e 41% do sexo feminino. A permanência nos atendimentos é variável, 35% deles tendo cursado um ano; de 18% a 6,5%, 2-4 anos; 9%, 5 anos; e 2%, 10 anos. Há transitoriedade na manutenção do trabalho, havendo freqüência de escolas que oferecem alternadamente o suporte. Quanto à relação idade/série, 50% dos registros não tinham dados. Dos demais, verificou-se que, 60% dos alunos, há grande diferença, havendo mais de 68% de alunos maiores de 14 anos que freqüentam o ensino fundamental. Quanto à ascensão, 64% não foi possível verificar. No restante, observamos que cerca de 5% dos alunos que estavam na sala de recursos se deslocaram para classe especial; 1,8% que estavam na classe especial passaram para sala de recursos; 5% deles progrediram sem reprovação; 7,5% têm reprovação e progressão e 16% transitam entre classes especiais e salas de recursos. Com a análise, percebemos que a maioria dos alunos freqüenta por poucos anos os atendimentos, mas não é possível saber se isso subsidia ou não condições de permanência do aluno no ensino regular. Há, porém, indícios de que o aluno não consegue se fixar fora do atendimento especializado. Entrave significativo da mudança para a classe regular, deve-se à grande defasagem idade/série. Constatamos que os alunos passaram a freqüentar mais as salas de recursos, porém, a despeito das legislações e da mudança da integração (classes especiais) para inclusão (salas de recursos), muitas crianças ainda freqüentam classe especial. Os resultados apontam à necessidade de avaliar a eficiência desses subsídios e garantir formas efetivas de registro histórico desses atendimentos, de modo a poder contribuir com a compreensão dos seus papéis no tocante à Educação Especial e Inclusiva.

Considerando-se as controvérsias na implantação da educação inclusiva, no Brasil; e que, em 2006, completou-se 10 anos pós LDB/96, que reforça a CF/88, a qual prevê a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, o objetivo desta pesquisa foi mapear se/como vem ocorrendo o processo de inclusão, na rede municipal de ensino, em uma cidade de porte médio do interior do Estado de São Paulo (1996-2006). A base para a construção do *corpus* foi o banco de dados do Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal da Educação. Os dados foram obtidos pelo registro do diagnóstico; número de crianças incluídas; tempo de permanência nas escolas; se ascenderam na seriação; se freqüentam sala especial, regular ou de recursos, dentre outros. Quanto à análise, os dados foram considerados em seu conjunto, por se tratar de um censo. Ainda, foram realizados procedimentos estatísticos, particularmente para o cruzamento das informações. O conjunto foi considerado e analisado sob a perspectiva da *RedSig*. Análise preliminar verificou como o banco de dados da Secretaria se modificou ao longo dos anos. Da ausência de critérios da designação “necessidades especiais”, passaram à definição das deficiências. Nesse processo, foram incorporados, em 2003, casos de “significativa dificuldade de aprendizagem”, sendo eliminados em 2005. Ainda, verificou-se maior número de alunos do sexo masculino em inclusão (59% versus 37% do sexo feminino). Quanto à permanência e ascensão no sistema, verificou-se que, dos alunos em inclusão, 882 (58,49%) permaneceram apenas um ano na escola; 247 (16,38%) permaneceram dois anos com ascensão de série; 44 (2,92%) permaneceram dois anos obtendo uma reprovação; 26 (1,72%) permaneceram três anos ou mais com reprovação; e 244 mais de três anos com ascensão. Finalmente, cerca de 30% dos alunos estavam na Educação Infantil, 35% nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental e 21 % nos últimos anos. Dos vários anos, verificou-se que apenas 1% dos alunos se certificou no ensino fundamental. As mudanças no instrumento mostram-se parte de movimentos históricos ligados a Leis, Resoluções e Pareceres, dentre outros, que contribuem para co-construir o olhar e a prática no processo. Ainda, contribuíram para que o número de crianças incluídas sofresse variações significativas. A maior presença de meninos parece refletir que o processo vem sendo marcado por múltiplas exclusões, que não se restringem a deficiência, incluindo gênero. A maioria das crianças freqüenta a escola por um ano apenas, sem permanência no ensino regular. A permanência predominantemente mostra-se mais restrita à Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental. Há um estrangulamento do sistema na quarta série e um baixo índice de certificação. Tais resultados apontam à necessidade de pensar projetos e políticas que garantam não apenas acesso, mas permanência com qualidade e certificação no sistema de ensino. Frente a este panorama fica claro como, além de questões culturais e técnicas, os aspectos histórico-políticos co-constroem a educação inclusiva, esta se constituindo e sendo constituída *pelos* e *através* dos movimentos históricos e das concepções de diferentes pessoas que vão tecendo os fios da educação inclusiva.

BEBÊS E OS RECURSOS COMUNICATIVOS UTILIZADOS NA INTERAÇÃO COM DISTINTOS INTERLOCUTORES: UM ESTUDO DE CASO NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO À CRECHE

Larissa N. R. Elmôr & Katia de Souza Amorim

Pesquisa em andamento

Estudos têm analisado, apreendido e explicitado o modo como ocorrem as interações nas diferentes idades, particularmente nos primeiros anos de vida, considerando-as com distintos interlocutores e relacionando-as ao desenvolvimento global do indivíduo. Dentro dos estudos sobre interação, a linguagem tem sido vista como de fundamental importância nas relações entre os parceiros e no processo de desenvolvimento cognitivo da criança. Porém, as pesquisas diferem em pressupostos quando abordam diferentes interlocutores (pai, mãe, educadoras, coetâneos). São, também, fragmentadas, investigando a criança com um interlocutor específico, sem considerar o conjunto das relações. Ainda, a noção de linguagem varia, a maioria das pesquisas restringindo-a ao aspecto verbal, enquanto que algumas poucas contemplam também diferentes formas de expressão e apreensão de significações (incluindo-se aí a linguagem não-verbal). Frente a esse panorama, definiu-se por investigar, a partir de um estudo de caso, quais recursos comunicativos e lingüísticos (verbais e não-verbais) são utilizados por um bebê no primeiro ano de vida, na interação com distintos interlocutores (mãe, pai, educadoras, outros bebês). O material empírico utilizado foi obtido do Banco de Dados do Projeto Integrado *Processos de adaptação de bebês à creche*, que acompanhou a adaptação de 21 bebês (4-14 meses) em creche universitária. Após aprovação do CEP, um bebê foi selecionado (Iraídes - 09 meses ao ingresso), sendo realizada a transcrição microgenética de todos os seus episódios interativos no primeiro mês de freqüência à creche. A análise foi guiada pela perspectiva teórico-metodológica da *Rede de Significações* e pela noção de “campo interativo”. Através da seleção dos episódios interativos com diferentes parceiros, foram construídas tabelas verificando quais os recursos comunicativos utilizados e se existiram semelhanças ou diferenças na interação do bebê com os distintos interlocutores. Os resultados apontaram dezenove (19) diferentes tipos de recursos comunicativos do bebê com os distintos interlocutores. Estes recursos ocorreram de forma diferente entre os diferentes parceiros de interação. Os recursos integrados foram os de maior freqüência na interação de Iraídes com todos os interlocutores, sendo encontrados nesta categoria 39 diferentes recursos comunicativos. A educadora Mirtes obteve o maior número de diferentes tipos de recursos comunicativos (12), enquanto que a educadora Branca obteve 05 recursos. A mãe obteve segundo lugar no número de recursos comunicativos (10). O bebê Isa foi o interlocutor que obteve a menor ocorrência nos diferentes recursos comunicativos (03), enquanto que o bebê

Linda obteve um número maior (06) de distintos recursos. A babá obteve 08, a irmã Dalila 06 e o câmera José 05 diferentes recursos. Os resultados demonstram a multiplicidade e a riqueza dos tipos e das *características* de recursos comunicativos de que o bebê pode fazer uso na relação com diferentes interlocutores. Os bebês podem iniciar um episódio interativo e existe a possibilidade dos bebês terem parceiros preferenciais nas suas interações, tanto nos de mesma idade como com as educadoras. Entende-se a importância da creche nas relações e coloca-se a necessidade de novos estudos que destaquem os recursos comunicativos.

PROCESSOS DE (TRANS)FORMAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM, NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO

Luciana Aparecida Rodrigues & Katia de Souza Amorim

Pesquisa em andamento

Na psicologia, trabalhos com base em paradigmas que preservam a dicotomia biológico *versus* cultural têm dificultado a compreensão dos processos de desenvolvimento humano (particularmente, sobre o primeiro ano de vida), não tornando possível apreendê-los em sua complexidade e em seus conseqüentes desdobramentos. Já outros trabalhos, no entanto, compreendem que é impossível qualificar o comportamento como inato ou aprendido, na medida em que aquele seria sempre produto complexo das duas fontes de determinação. Enfatizam, nesse sentido, a necessidade de orientar as pesquisas para a identificação do processo pelo qual os fatores inatos e adquiridos se integram. Segundo esses últimos trabalhos, o bebê humano, ao nascer, traria marcas profundas da articulação entre a história filogenética da espécie e a história ontogenética de seus antepassados, através da qual vai se potencializar em seu desenvolvimento aquilo que mais nos caracteriza enquanto espécie: vida cultural altamente especializada, caracterizada pela transmissão de informações de geração em geração via experiência. Mais ainda, discute-se que esse processo se dê pelo uso da linguagem e de outras representações simbólicas. A necessidade de vinculação afetiva do bebê, desde o nascimento, perdurando-se até muitos anos depois de garantida sua autonomia e independência, é um exemplo de como os processos evolutivos, ao mesmo tempo em que foram selecionados pelo contexto cultural, também propiciaram o desenvolvimento da cultura. Da mesma forma, comunicação e linguagem podem elucidar a articulação e o entrelaçamento daqueles dois fatores desde precocemente. No bebê, o desenvolvimento dos processos comunicativos, tanto quanto os da linguagem, não ocorrem mecanicamente. Com sua inserção na cultura humana, o bebê depende que seus parceiros lhe proporcionem interações sociais que promovam uma experiência efetiva e contínua de comunicação, amparando-se nos recursos comunicativos e lingüísticos que nossa história filogenética possibilitou, bem como naqueles criados por sua história ontogenética. A questão que emerge é como se dá empiricamente essa articulação. Diante disso, traçou-se como meta investigar particularmente as formas de comunicação e linguagem do bebê e suas (trans)formações, ao longo do primeiro ano de vida. Em específico, pretende-se destacar os indícios que compõem essas formas de comunicação e seus processos de mudança. A *RedSig* norteia a coleta, bem como a futura análise dos dados. A pesquisa está estruturada através de estudo de caso, longitudinal, acompanhando-se um bebê recém-nascido, em todo seu primeiro ano. O registro está sendo feito por meio de vídeo-gravações, de uma hora de duração, nos contextos em que a família do

bebê pode receber a pesquisadora. Nesses seis primeiros meses, as vídeo-gravações estão sendo semanais e, nos meses subseqüentes, serão quinzenais. A construção do *corpus* se fará através de transcrição microgenética das cenas. Dentre o material, episódios relevantes à discussão dos objetivos serão selecionados, a partir do paradigma indiciário de Ginzburg. Posteriormente, far-se-á uma análise microgenética das cenas, buscando apreender os processos de mudança das relações sociais do bebê, destacando-se os aspectos de comunicação presentes desde o nascimento, além do encadeamento e das (trans)formações das suas formas de comunicação. (FAPESP)

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A "ABREVIACÃO" NAS RELAÇÕES DO PRIMEIRO ANO DE VIDA

Carolina A. Costa & Katia de Souza Amorim

Pesquisa concluída

Considerando processos interativos no primeiro ano de vida, várias linhas teóricas têm estudado características dessas interações. Uma delas (sistêmico dinâmica), construiu modelo denominado Estabelecimento, Extensão e Abreviação. A abreviação seria um processo decorrente de sucessivas atividades anteriores de recorte efetuadas pela diáde (no estabelecimento e na extensão). De modo abreviado, aparecem elementos anteriormente negociados de forma prolongada. Esse processo têm sido investigado exclusivamente na relação mãe-bebê. Porém, investigações de interações de bebês apontaram indícios de que, mesmo entre coetâneos, ocorre tal processo. Definiu-se, assim, por verificar se a abreviação pode ser observada na interação entre bebês. Os registros são gravações VHS do Banco de Dados do Projeto *Processos de Adaptação de Bebês à Creche*, que acompanhou a adaptação de 21 bebês a uma creche universitária. Os sujeitos são um casal de gêmeos (Isa e Armando, 11m21d) e seus parceiros preferenciais (Iraídes, 9m15d; Gilson, 12m5d e Reis, 14m25d). Do Banco de Imagens, selecionou-se todas as cenas em que os gêmeos aparecem. Destas, selecionou-se episódios interativos dos gêmeos entre si e de cada gêmeo com seus dois parceiros preferenciais. Dos vários episódios, destacou-se três episódios de cada dupla, todos transcritos e analisados microgeneticamente, com base na *Rede de Significações*. À análise, a abreviação foi sendo identificada nos comportamentos das cinco crianças, ao longo dos meses analisados e da construção das relações entre os bebês (de Armando com Gilson e Reis; e de Isa com Iraídes e Gilson); isto é, passaram a ocorrer trocas de curta duração, com ajustamento mútuo e fácil entre eles. No caso dos gêmeos entre si, no entanto, essas trocas já podiam ser observadas desde o início da frequência à creche, sendo bem mais freqüentes e ocorrendo com maior velocidade, sem tantas negociações entre o par de crianças. Os dados também indicam que diferentes recursos comunicativos eram utilizados por Isa e Armando no decorrer das negociações, nas interações. Isa empregava mais os movimentos corporais e vocalização tanto em relação à Gilson e Iraídes, em relação a esta os recursos comunicativos eram utilizados com maior intensidade do que com Gilson. No entanto, todos estes recursos variaram de parceiro para parceiro. No caso de Armando, por exemplo, o olhar quase não era utilizado nas negociações com a irmã. Em relação a Gilson, o olhar assume um caráter de cumplicidade, semelhante à relação bebê-bebê, enquanto que em relação a Reis o caráter do olhar é de maior passividade assemelhando-se à relação adulto-bebê. A abreviação encontrada centra-se mais no tipo de recurso usado na relação e nas negociações do que na abreviação

de significados. Deste modo, a abreviação ocorre de forma diferente em cada díade, dependendo do parceiro e das formas de relações estabelecidas entre eles ao longo do tempo, demonstrando a complexidade deste processo. (PIBIC, FAPESP)

SIGNIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UM BEBÊ MORDEDOR, EM CRECHE

Rosária F. M. Saullo & Katia de Souza Amorim

Pesquisa em fase de Redação de Projeto

Considerando o contexto sócio-histórico-cultural que (re)estrutura diversas formas de relações humanas, ganha relevância poder compreender como se dão estas relações no meio e apreender a possibilidade de mudança. Desde o nascimento, o bebê está cercado por diversos parceiros sociais que, pela abordagem histórico-cultural, significam o mundo a ele e ele ao mundo. Para Vygotsky, o caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por outra pessoa, sendo o desenvolvimento produto de processo profundamente enraizado nas ligações entre história individual e social. Segundo o autor, todas as funções superiores originam-se das relações entre indivíduos humanos, em ambientes culturalmente organizados. Através dessas relações, um processo interpessoal é transformado em intrapessoal, denominado de internalização. E, os signos internalizados mediarão o próprio comportamento. Tradicionalmente, quando se considera particularmente os parceiros das crianças pequenas, a maior referência/mediador é a figura materna. Mas, com mudanças sócio-históricas e culturais, a mulher tem cada vez mais participado do mercado de trabalho, as instituições do tipo creche aparecendo como uma das soluções de apoio, compartilhando com a família os cuidados das crianças. Com isso, a criança, que antes estaria mais centralmente em casa com os familiares, tem suas possibilidades de interação alteradas, incluindo-se também profissionais da instituição, as outras crianças e seus familiares. Desde o seu ingresso na creche, ocorrem processos de adaptação, através dos quais a criança vai se integrando de um modo participativo, ao novo grupo; e, através da convivência com esses múltiplos outros, as atitudes do bebê vão sendo (re)significadas, sendo-lhe acordados determinados papéis sociais, que serão aceitos, recusados e/ou negociados. Dá-se então a contínua (re)constituição da subjetividade do bebê que, apesar de ainda não possuir domínio da linguagem verbal, apresenta notável apreensão de significados. Nosso objetivo consiste em realizar um estudo de caso para estudar processos de mediação e constituição da subjetividade, no primeiro ano de vida. Por entendermos a creche como campo complexo em relações e significados sociais, ela foi escolhida como base da investigação. E, de modo a possibilitar que aspectos dessa co-construção de significados se destacassem, optamos por realizar o estudo de uma situação de crise. Tendo como material empírico o Banco de Dados do Projeto Integrado *Processos de Adaptação de bebês à creche*, que acompanhou 21 bebês em uma creche universitária, escolhemos dentre eles uma criança mordedora. A meta é verificar como ocorre a intermediação e mediação, e como as outras crianças e o próprio bebê significam o comportamento mordedor e as relações na creche. Ainda, buscar-se-á apreender um pouco da complexa formação da subjetividade da criança. O estudo tem como base teórico-metodológica a perspectiva da *Rede de Significações*. Vitor, o bebê escolhido para esta pesquisa, será foco central dentro de uma rede de significações que perpassará o processo de internalização das mais diferentes experiências. Dentre os vários registros da situação, serão utilizadas as entrevistas e as cenas de vídeo, sendo selecionadas e transcritas microgeneticamente todas as imagens relativas ao sujeito focal. O *corpus* do estudo envolverá articular as entrevistas e cenas de vídeo, que serão analisados microgeneticamente.

5. EIXO TEMÁTICO: FIGURAS DO SI MESMO OU NOÇÕES DE SUBJETIVIDADE

MESTRADO

DESEJO E NEGATIVIDADE NA FILOSOFIA DE MERLEAU-PONTY: O EXEMPLO DA CORPOREIDADE NA CRIANÇA

Vítor Hugo de Oliveira & Reinaldo Furlan

Pesquisa em fase de redação de projeto

Em suas últimas obras, Merleau-Ponty empreende uma “reabilitação ontológica do Sensível”, buscando compreender a experiência primordial de contato com o mundo, salientando o papel do corpo no seu contato carnal com as coisas e com o outro, na qual a dimensão libidinal ganha destaque. A presente pesquisa busca delinear a relação que o filósofo concebe entre os conceitos de desejo e de negatividade, realizando para isso uma análise bibliográfica da obra merleau-pontyana, com destaque para suas últimas obras, levando em consideração o uso e a crítica da teoria freudiana pelo filósofo. Em “A Natureza” (1995/2000), Merleau-Ponty descreve o corpo humano em sua dimensão libidinal, demonstrando que o esquema corporal, sistemas de equivalências que organizam a significação perceptiva e gestual, se abre para um passado e para um futuro, de forma que há um inatual que participa do seu sentido e que conta na conduta presente. A teoria freudiana é destacada por Merleau-Ponty, enquanto possuidora de uma atitude inicial voltada para a compreensão de um sentido vivido, individual, apesar de se inspirar em um modelo científico na sua concepção de aparelho psíquico. O esquema corporal, que é a forma com a qual o corpo se relaciona com o mundo e com o outro, já é libidinal, ou seja, inclui o desejo como relação de introjeção e projeção das coisas, dos outros e das próprias partes do corpo. Pode-se salientar na presente discussão da obra merleau-pontyana a análise do filósofo sobre a corporeidade na criança, em sua relação com o mundo e com o outro, através da teoria psicanalítica, tal como ele a compreende. No caso do corpo infantil, o filósofo aponta na criança a antecipação das relações adultas, as quais não pode apreender totalmente em sua significação por não possuir maturidade corporal para tal. Comentando o desenvolvimento sexual delineado por Freud, Merleau-Ponty coloca que as estruturas pré-genitais e as genitais correspondem a seus diferentes modos de ser na relação com o outro. O filósofo também discute sobre esse tema as contribuições de Melánie Klein, apontando que sua leitura da psicanálise ancora os conceitos psicanalíticos no corpo, de modo que, para a criança, o outro, ou até partes de seu próprio corpo e do corpo do outro, são compreendidos como categorias portadoras de um modo de existência.

MESTRADO

(RE)PRODUÇÃO DA CULTURA ESCOLAR NO CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA 9 ANOS

Delma Bezerra & Ana Paula Soares-Silva

Trabalho em andamento

Neste trabalho, tem-se como pressuposto que a escola é um espaço importante de (re)produção da cultura, que possui um duplo caráter instrumental: de manutenção e de transformação do sistema. Com essa consideração, situamos nossa perspectiva no diálogo com uma questão central da educação, quer seja, qual o papel da escola no processo de transformação social e mais, que possibilidades de transformação são dadas *dentro* do espaço escolar, considerando-se os limites impostos pelo sistema de produção sócio-econômico mais amplo do qual ela faz parte. Os sistemas educacionais brasileiros e suas respectivas unidades escolares vivem um momento muito importante de mudança do ensino fundamental. Essa modificação decorre das determinações aprovadas na Lei 11. 274, de 6 de fevereiro de 2006, que fez aprovar a proposta de ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos, com a inclusão das crianças de 6 anos que eram atendidas até então pela educação infantil. Essa mudança legal afeta o cotidiano e a cultura das instituições, provocando a necessidade de mudanças não apenas concretas como também simbólicas. Compreender as relações entre o velho e o novo, nesse momento, parece-nos uma oportunidade ímpar para a investigação dos modos como operam os processos de (re)produção da cultura escolar. Considerando isso, estamos estudando o processo de (re)produção da cultura escolar no contexto de ampliação do ensino fundamental para 9 anos, a partir de dois espaços diferentes: (1) currículo; (2) entrevista semi-estrutura com professores, coordenador e diretor. Como fonte de coleta de dados estão sendo usados o currículo do antigo ensino fundamental de 8 anos e o atual de 9 anos. Além disso, foi feita um entrevista com cada professor do primeiro e do segundo ciclo de uma escola que já vem atendendo as crianças de 6 anos (as entrevistas foram gravadas em K7 e relatadas em caderno de campo). O roteiro das entrevistas teve como base dois eixos temáticos: (1) *mudanças e continuidades da cultura escolar*; (2) *mudanças propostas pelo ensino fundamental de 9 anos e a concretização de um novo currículo*. A análise dos dados se dará de acordo com os pressupostos metodológicos da RedSig. O currículo será analisado a partir de dois eixos: concepção de infância e de ensino. Os dados coletados a partir das entrevistas serão mapeados e categorizados de forma que possibilitem a apreensão do grupo de professores e gestores sobre as mudanças e as continuidades da cultura escolar.



1. COMO PLANEJAR SITUAÇÕES EDUCATIVAS INCLUINDO COMPORTAMENTOS DESAFIADORES DAS CRIANÇAS ABAIXO DE 3 ANOS?

Ariane Cristina Fermino de Macedo e Regina Mara Honce Braga
Creche COSEAS USP – São Carlos

Esse relato de experiência conta a história de como podem ser planejadas ações educativas para incluir crianças com “problemas particulares”. Definimos como “problemas particulares” os comportamentos transitórios de algumas crianças. Por exemplo, crianças que estão mais agressivas, ou mesmo aquelas desmotivadas, ou ainda aquelas que preferem estar sozinhas. Nessa oportunidade buscamos o foco de interesse principal da criança com “problema particular” e organizamos o Projeto: “*De que forma eu vou?*” Contaremos nesse painel o processo de desenvolvimento da criança em questão, do seu grupo e de nós educadores.

2. VIAJANDO PELOS CANTOS

Débora Beatriz Cardoso, Ivania Aparecida Grossi Aparecido e Luciane Pedrocchi Roiz
Creche COSEAS USP – São Carlos

Esse relato de experiência com bebês apresenta interações destacando a linguagem musical. Nesta oportunidade trabalhamos com diferentes estilos e ritmos musicais. Para tanto pesquisamos ritmos regionais provocando diferentes formas de ver, sentir e perceber cada cultura, sendo apresentada por meio dessas melodias. Semanalmente apresentamos para os bebês e suas famílias um ritmo diferente abrangendo diversos países. Posteriormente “viajamos pelos cantos brasileiros”

3. FAMÍLIAS, CRECHE E SEUS BEBÊS: REUNIÕES INTERATIVAS

Ismalia Karoline Silvanetti, Maria Dolores Betoni e Gabriele Fernandes da Silva
Creche COSEAS USP – São Carlos

Esse relato conta uma experiência de reuniões com bebês, suas famílias e seus educadores. Nessa oportunidade (re)visitamos o Programa Pedagógico dos semestres anteriores, destacando o processo de desenvolvimento dos bebês, como também de suas famílias. Essa modalidade de reunião tem como objetivo ampliar as experiências de acolhimento com as famílias que estão entrando na instituição.

4. BRINCANDO COM LENDAS: A FESTA NO CÉU

Liliane Terra Pereira Araújo e Flávia Regina Fernandes Zanete
Creche COSEAS USP – São Carlos

Esse trabalho relata uma experiência com 10 crianças de 1 - 2 anos que brincando com a história da festa no céu, constroem um ambiente interativo reproduzindo cada personagem. A idéia de brincar com um cenário em espaços externos é apresentado nessa experiência que envolveu as crianças na organização e confecção desse ambiente. Nessa oportunidade as famílias e os educadores resgataram as diferentes lendas da própria infância destacando *A festa no céu*.

5. BRINCANDO COM LENDAS: O CASO DO VIAJANTE

Margarete Marchetti e Marlene Ap. Lourenço
Creche COSEAS USP – São Carlos

A proposta de nossa exposição, em 2008 na Creche USP São Carlos, foi o tema *Brincando com lendas brasileiras*. Para tanto cada turma escolheu um personagem do folclore brasileiro. Nossa turma (crianças entre 3 a 4 anos) escolheu a história do **Bumba meu boi**. Nessa oportunidade desenvolvemos diferentes ações educativas. Uma delas foi organizar um personagem “Caixeiro-Viajante de Histórias”. Esse personagem apresentou a cidade de São Carlos para os pequenos e suas famílias, trazendo inclusive muitas surpresas em suas bagagens.

6. EPISÓDIO DAS CAIXAS QUE CONTAM HISTÓRIAS

Margarete Marchetti e Silvia Martinez Parras
Creche COSEAS USP – São Carlos

Esse trabalho relata uma experiência com crianças abaixo de 3 anos, no início do ano letivo, portanto estávamos todos em adaptação. Logo nas primeiras semanas ouvimos e brincamos com a história do **Homem que amava caixas**. Com certeza, todos nós já observamos crianças pequenas abrindo presentes: ficam com as caixas e não ligam para os presentes! E, quando compramos objetos grandes, como TV, geladeira, sofá, fogão... O interesse por caixas parece ser de todos os filhotes. *Será que todos mamíferos brincam com as caixas?* A partir dessa questão provocamos e organizamos espaços e objetos para interações entre aquelas novas crianças. O livro mostra um homem que encontrou no brincar com seu filho uma linguagem delicada. Ele amava caixas, como as crianças!

7. AMIGOS PARA SEMPRE? HISTÓRIAS PARA SE CONTAR

Rosangela Teyo Vittoretto
Creche COSEAS USP – São Carlos

Este trabalho relata uma experiência de uma educadora, que ao perceber na turma a necessidade de compreensão do que era ser gentil e educado, elabora um projeto em que as crianças de 2 a 3 anos, vivenciam experiências nas quais precisam desenvolver atitudes gentis e solidárias. Para tanto os professores organizaram com ajuda de uma caixa surpresa várias estratégias que possibilitaram experiências compartilhadas com amigos prediletos e novos amigos.

SUMÁRIO REMISSIVO

I. Apresentação	3
II. Programa do XIV Encontro Científico do CINDEDI	5
III. Resumos por EIXO TEMÁTICO	6
IV. Relatos de Experiência	33

RESUMOS POR EIXO TEMÁTICO

1. EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO INFANTIL	7
-------------------------------------	---

1.1. Mestrado

A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA SOB O OLHAR DOS PAIS USUÁRIOS. Bruna Calefi Gallo & Ana Paula Soares-Silva. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.	7
--	---

O MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Mara Isis de Souza & Ana Paula Soares-Silva. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.	8
---	---

A PARTICIPAÇÃO NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS MORADORAS DE PERIFERIA E DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Regiane Sbroion Carvalho & Ana Paula Soares-Silva. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.	8
---	---

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE AMBIENTES DE CRECHES. Scheila Machado Silveira & Mara Ignez Campos-de-Carvalho. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.	9
--	---

1.2. Iniciação Científica

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE AMBIENTES INFANTIS ATRAVÉS DE UMA ESCALA NORTE-AMERICANA. Juliana Bezzon Silva, Tatiana Noronha de Souza & Mara Ignez Campos-de-Carvalho. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.	10
--	----

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DE QUALIDADE DOS GESTORES EDUCACIONAIS. Priscila Camilo & Ana Paula Soares-Silva. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.	11
---	----

2. EIXO TEMÁTICO: ADOÇÃO, ACOLHIMENTO FAMILIAR E ABRIGAMENTO

2.2. Doutorado

ADOÇÕES “PRONTAS” OU DIRETAS: BUSCANDO CONHECER SEUS CAMINHOS E PERCALÇOS. Fernanda Neisa Mariano & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

2.2. Mestrado

REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS E RELACIONAMENTO ENTRE IRMÃOS: A PERSPECTIVA DA CRIANÇA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. Ivy Gonçalves de Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

CRIANÇA ADOOTADA: UM FRACASSO NA ESCOLA? A PERSPECTIVA DE PAIS E PROFESSORES. Letícia Fonseca Reis F. Castro, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira & Sueli C. Pauli Teixeira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

CRIANÇA SEM APOIO PARENTAL NA SOCIEDADE MOÇAMBICANA: “UM PROBLEMA POLÍTICO?” Maria Helena N. Timbana, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira & Elmir Almeida. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

2.3. Iniciação Científica

INTERAÇÕES NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DE CRIANÇAS ABRIGADAS. Carolina Gobato Buffa, Sueli C. Pauli Teixeira & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

A PERSPECTIVA DA CRIANÇA SOBRE SEU PROCESSO DE ABRIGAMENTO. Fernanda Lacerda Silva, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira & Lilian A.G. Sólón. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

FAMÍLIAS ACOLHEDORAS: CONSTRUINDO SENTIDOS SOBRE VÍNCULOS, RELAÇÕES E ACOLHIMENTO. Lara Barros Martins, Nina Rosa do Amaral Costa & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

CONHECENDO A REDE DE RELAÇÕES DA CRIANÇA ABRIGADA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. Nívea Passos Maehara, Ivy Gonçalves de Almeida & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

3. EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

3.1. Trabalho apresentado em disciplina, como parte dos créditos para o programa de Doutorado em Educação Especial da UFSCar

CENSO DE DEZ ANOS: JOVENS E ADULTOS DEFICIENTES NA EJA. Lúcia Maria Santos Tinós & Katia de Souza Amorim.

3.2. Doutorado

TRAJETÓRIA ESCOLAR DE CRIANÇAS COM EPILEPSIA. DE QUEM É A ESCOL(H)A? Ticiane Melo de Sá Roriz, Katia de Souza Amorim & Maria Clotilde Rossetti-Ferreira. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

3.3. Mestrado

10 ANOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO: MAPEAMENTO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO. Patrícia Moreira de Souza & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

3.4. Iniciação Científica

10 ANOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM RIBEIRÃO PRETO: MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE PRIVADA DE ENSINO. Carla Passalacqua Morelli & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO DE UMA ESCOLA ESPECIAL DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA FRENTE ÀS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR, PÓS LDB/96: CONFIGURAÇÕES E SIGNIFICAÇÕES. Francisco Ribeiro Tavares-Neto & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL PÓS LDB/96, O QUE MUDA? CENSO DAS CLASSES ESPECIAIS E SALAS DE RECURSOS PARA SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS EM CIDADE DO INTERIOR PAULISTA. Gabriela Caldeira Aranha & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

CENSO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM UMA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Luciana Bobato Martins & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

4. EIXO TEMÁTICO: COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E RELAÇÕES, NO PRIMEIRO ANO DE VIDA

4.1. Mestrado

BEBÊS E OS RECURSOS COMUNICATIVOS UTILIZADOS NA INTERAÇÃO COM DISTINTOS INTERLOCUTORES: UM ESTUDO DE CASO NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO À CRECHE. Larissa N. R. Elmôr & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

PROCESSOS DE (TRANS)FORMAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM, NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO. Luciana Aparecida Rodrigues & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

4.2. Iniciação Científica

A “ABREVIACÃO” NAS RELAÇÕES DO PRIMEIRO ANO DE VIDA. Carolina A. Costa & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

SIGNIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, NO PRIMEIRO ANO DE VIDA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UM BEBÊ MORDEDOR, EM CRECHE. Rosária F. M. Saullo & Katia de Souza Amorim. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

5. EIXO TEMÁTICO: FIGURAS DO SI MESMO OU NOÇÕES DE SUBJETIVIDADE

5.1. Mestrado

DESEJO E NEGATIVIDADE NA FILOSOFIA DE MERLEAU-PONTY: O EXEMPLO DA CORPOREIDADE NA CRIANÇA. Vitor Hugo de Oliveira & Reinaldo Furlan. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

6. EIXO TEMÁTICO: ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

6.1. Mestrado

(RE)PRODUÇÃO DA CULTURA ESCOLAR NO CONTEXTO DE AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA 9 ANOS. Delma Bezerra & Ana Paula Soares-Silva. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

CRECHE COSEAS – USP/SÃO CARLOS

COMO PLANEJAR SITUAÇÕES EDUCATIVAS INCLUINDO COMPORTAMENTOS DESAFIADORES DAS CRIANÇAS ABAIXO DE 3 ANOS? Ariane Cristina Fermino de Macedo e Regina Mara Honce Braga. Creche Coseas USP – São Carlos.

VIAJANDO PELOS CANTOS. Débora Beatriz Cardoso, Ivania Aparecida Grossi Aparecido e Luciane Pedrocchi Roiz. Creche Coseas USP – São Carlos.

FAMÍLIAS, CRECHE E SEUS BEBÊS: REUNIÕES INTERATIVAS. Ismalia Karoline Silvanetti, Maria Dolores Betoni e Gabriele Fernandes da Silva. Creche Coseas USP – São Carlos.

BRINCANDO COM LENDAS: A FESTA NO CÉU. Liliane Terra Pereira Araújo e Flávia Regina Fernandes Zanete. Creche Coseas USP – São Carlos.

BRINCANDO COM LENDAS: O CASO DO VIAJANTE. Margarete Marchetti e Marlene Ap. Lourenço. Creche Coseas USP – São Carlos.

REPISÓDIO DAS CAIXAS QUE CONTAM HISTÓRIAS. Margarete Marchetti e Silvia Martinez Parras. Creche Coseas USP – São Carlos.

AMIGOS PARA SEMPRE? HISTÓRIAS PARA SE CONTAR. Rosangela Teyo Vittoretto. Creche Coseas USP – São Carlos.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XVI ENCONTRO CIENTÍFICO DO CINDEDI

- ALDA DO PRADO ROMA
- BRUNA CALEFI GALLO
- JULIANA BEZZON SILVA
- KÁTIA DE SOUZA AMORIM
- LETICIA FONSECA REIS FERREIRA DE CASTRO
- MARA ISIS DE SOUZA
- PATRÍCIA MOREIRA DE SOUZA
- PRISCILA CAMILO
- REGIANE SBROION CARVALHO
- RONIE CHARLES F. ANDRADE
- SCHEILA MACHADO SILVEIRA

ORGANIZADORAS DO LIVRO DE RESUMOS

- MARA ISIS DE SOUZA
- PATRÍCIA MOREIRA DE SOUZA
- RONIE CHARLES F. ANDRADE

CAPA

- VITOR HUGO DE OLIVEIRA